

MESTRADO EM TEMAS DE PSICOLOGIA
ÁREA TEMÁTICA DA PROTEÇÃO E DIREITOS DA CRIANÇA

Estratégias Disciplinares em Acolhimento Residencial:

Um Estudo com Multi-informantes

Katarina Gueiros Hernandez

M

2021



Universidade do Porto
Faculdade de psicologia e de Ciências da Comunicação

**ESTRATÉGIAS DISCIPLINARES EM
ACOLHIMENTO RESIDENCIAL:
UM ESTUDO COM MULTI-INFORMANTES**

Katarina Gueiros Hernandez

Outubro de 2021

Dissertação apresentada no Mestrado em Temas de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora ***Maria Barbosa-Ducharne*** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

O presente estudo insere-se num projeto mais alargado designado EQAR: Avaliação da Qualidade do Acolhimento Residencial em Portugal, em desenvolvimento no Grupo de Investigação e Intervenção em Acolhimento e Adoção (GIIAA) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), sob direção e orientação da Professora Doutora Maria Barbosa-Ducharne. Este projeto de investigação foi aprovado pela Comissão de Ética da FPCEUP e no seu âmbito foram assinados Protocolos de Colaboração entre a FPCEUP e as diferentes entidades tutelares envolvidas (Instituto de Segurança Social, Instituto Público [ISS, IP], Instituto de Segurança Social da Madeira [ISS-RAM], Direção Geral de Segurança Social do Governo dos Açores, Casa Pia de Lisboa, Instituto Público e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), bem como com as Confederações de Instituições de Acolhimento Residencial (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social [CNIS] e União das Misericórdias Portuguesas [UMP], e com a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens [CNPCJ]).

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Maria Barbosa-Ducharne, pela louvável sensibilidade, imensa disponibilidade e admirável competência. Obrigada por ter feito os meus olhos brilharem tantas vezes. Gratidão por tudo!

À Joana Soares, pelo valioso apoio. Obrigada por ter me ensinado tanto, você é incrível!

Às amigas que o mestrado trouxe e que ficarão por toda vida...que bom foi ter vocês ao longo desse processo.

Àqueles que mesmo longe sempre me apoiaram, provando que a distância física não significa nada quando há amor.

À minha filha Maria Valentina, por me fortalecer tanto e ser a pessoa que mais acredita em mim nesse mundo. Você é meu raio de luz! Sem você eu não teria conseguido!

Em especial, à estrela mais brilhante do céu, àquela que foi a maior incentivadora para que eu vivesse essa experiência.

A ti dedico este estudo mãe.

Obrigada Deus.

RESUMO

Em Portugal, em 2019, 7046 crianças/jovens encontravam-se acolhidas em instituições. A evidência sobre as estratégias disciplinares (ED) usadas nestes contextos é escassa. O objetivo deste estudo é analisar as ED usadas pelos cuidadores em casas de acolhimento, a partir do relato de múltiplos informantes - crianças/adolescentes acolhidos, cuidadores e diretores técnicos - e tendo por base um referencial teórico que inclui/relaciona o conceito de qualidade em acolhimento residencial, a disciplina positiva e os direitos das crianças. Participaram neste estudo 424 crianças/adolescentes, 266 cuidadores e 60 diretores técnicos distribuídos por 60 casas de acolhimento. Os dados referentes às ED foram recolhidos através do sistema ARQUA-P e estudados a partir de uma metodologia mista. As respostas analisadas através do método qualitativo de análise de conteúdo deram origem a 33 subcategorias, organizadas em seis categorias, que foram computadas em três grandes tipos de ED: Estratégias Positivas e Baseadas na Indução, Estratégias Punitivas e Estratégias Violadoras de Direitos. Adicionalmente, uma análise de *clusters* permitiu identificar três grupos de casas de acolhimento quanto às ED utilizadas -Casas Punitivas, Casas Indutivas e Casas Violadoras de Direitos-, segundo a perspetiva dos três informantes. Os resultados revelaram diferenças significativas entre os três grupos, em função da qualidade das ED avaliadas pelos investigadores. Não foram observadas diferenças ou associações significativas entre os *clusters* e as características dos cuidadores (formação específica e experiência profissional) e das casas de acolhimento (tipologia, supervisão externa e processo de seleção). Da discussão destes resultados são retiradas implicações para a prática qualificada em acolhimento residencial.

Palavras-chave: Acolhimento Residencial; Casas de Acolhimento; Direitos das Crianças; Estratégias Disciplinares; Disciplina Positiva; Qualidade; Cuidadores; Multi-informantes

ABSTRACT

In Portugal, in 2019, 7046 children/adolescents were placed in residential care. Evidence on disciplinary strategies (DS) used in these childcare contexts is scarce. This study aims at analysing the DS used by caregivers in residential care, based on multiple informants' reports - children/adolescents in care, caregivers, and directors. It follows a theoretical framework that includes and relates the concept of quality in residential care, positive discipline, and the child's rights. A total of 424 children/adolescents, 266 caregivers and 60 directors in 60 residential care centres participated in this study. Data on DS were collected using the ARQUA-P system and analysed resorting to a mixed methodology. Qualitative content analysis allowed for the identification of 33 subcategories, organized into six categories, which were computed into three major types of DS: Positive and Induction-Based Strategies, Punitive Strategies and Strategies that violate the Child's Rights. Additionally, a cluster analysis based on the reports of the three informants allowed for the identification of three groups of residential care centres that used different DS - Punitive Centres, Inductive Centres and Centres that violate the Child's Rights. Significant differences on the DS quality assessed were found between the three groups. There were no significant differences or associations between the clusters and the characteristics of the caregivers (specific training and professional experience) and the residential care centres (typology, external supervision and caregivers' recruitment process). Implications for qualified practice in residential care were drawn from the findings.

Keywords: residential care; residential care centres; Child's Rights; disciplinary strategies; positive discipline; residential care quality; multi-informants.

1. Introdução

1.1. Estratégias Disciplinares

Baumrind (1997) denominou “encontro disciplinar” o momento em que o cuidador aplica uma técnica disciplinar para a mudança de um comportamento indesejável de uma criança. Nesse encontro, há uma tentativa de fazer com que a criança compreenda que o comportamento não é adequado e, com o intuito de corrigir/direcionar os comportamentos da criança, é aplicada uma estratégia disciplinar (ED). A disciplina é uma componente importante da parentalidade, que requer consistência e compreensão das necessidades específicas da criança, essencial para manter a sua segurança, saúde e bem-estar psicológico, na medida em que a orienta e lhe fornece ferramentas para funcionar adequadamente em sociedade (Combs-Orme & Cain, 2008; Sanders et al., 2014; Straus, 2000).

Por conseguinte, as ED incluem uma gama de comportamentos coercivos e não-coercivos, que incluem afirmação do poder, retirada de afeto e estratégias indutivas (Hoffman, 1985). As ED de afirmação de poder envolvem punição física e não-física, visando a obediência da criança pelo receio da penalidade, o que, momentaneamente, até pode resultar para o controlo do comportamento inadequado, mas que, a longo prazo, pode ter consequências emocionais/comportamentais negativas (Kim & Kochanska, 2015; Lee et al., 2015). Estas ED dificultam a possibilidade de a criança refletir sobre o seu comportamento, pois o seu foco fica apenas na consequência do seu ato (Hoffman, 2000; Readdick & Chapman, 2000).

O castigo/punição física refere-se ao uso de força física para fazer com que uma criança sinta algum grau de dor/desconforto, com a intenção de modificar o seu comportamento (United Nations Committee on the Rights of the Child, 2007), podendo variar em intensidade, desde leve a severa (United Nations Children’s Fund, 2020). Estudos evidenciam que a disciplina severa e violenta pode ter efeitos prejudiciais sobre o desenvolvimento da criança, incluindo mais problemas de comportamento internalizado e/ou externalizado, comportamento antissocial, agressividade e depressão (Gershoff et al., 2018; Ward et al., 2021), e é um indicador de maltrato infantil (Lansford et al., 2015). As punições não-físicas incluem comportamentos de punição direta (e.g., proibir atividades e o uso de objetos) ou expressões de hostilidade e raiva (e.g., gritos, berros, ofensas). A agressão psicológica e verbal afeta, também, negativamente o desenvolvimento das crianças, aumentando os seus problemas de comportamento e diminuindo o seu bem-estar socio-emocional (Henaghan, 2017; WHO, 2006).

A minimização - diminuição da importância da situação ou desvalorização dos sentimentos da criança foi denominada por Hoffman (1985) como ED de retirada do afeto, na qual há manifestação de raiva e/ou insatisfação, ignorando e/ou recusando conversar com a criança disciplinada (e.g., saindo da sala ou mandando a criança para o quarto). Essa técnica pode gerar emoções negativas, como ansiedade e medo, porque a criança fica apreensiva com a perda do afeto do adulto, que, de acordo com seu estilo parental, pode empregar ED negligentes, sem nenhum critério, inconsistentes e consoante o humor (Drayton et al., 2017).

A investigação mostra que, quando os pais utilizavam ED de afirmação de poder e de retirada de afeto, os filhos tendem a apresentar mais comportamentos problemáticos (Ruiz-Ortiz et al., 2017). Em particular, foi sugerido que uma mistura de retirada de afeto e indução seria eficaz na obtenção de obediência imediata e internalização, a longo prazo, das regras (Hoffman, 2000), devido ao fato de a ação coerciva inicial chamar a atenção da criança para a mensagem parental subsequente. A investigação mostra que o *time out* é uma das ED de retirada de afeto mais utilizadas (Dadds & Tully, 2019; Ryan et al., 2016), com eficácia comprovada em programas de intervenções parentais (Kaminski & Claussen, 2017). No entanto, Sturge-Apple et al. (2006) descobriram que as reações parentais de distanciamento, ainda mais do que a hostilidade, estavam diretamente associadas a aumentos de problemas psicológicos das crianças e desajustes escolares (Siegel & Bryson, 2016; Tompkins & Villaruel, 2020).

Por outro lado, as ED indutivas proporcionam a reflexão da criança, fazendo-a perceber as incoerências dos seus comportamentos e ajudando-a a integrar, de forma adequada, as instruções que lhe são direcionadas num clima social saudável (Altschul et al., 2016; Ren & Pope Edwards, 2015). Em vez de evocar o medo da punição ou de não ser amado, as ED indutivas proporcionam a mudança de comportamento por meio da disciplina positiva, ou seja, através de estratégias não agressivas, persuasivas e explicativas, que permitem aos pais ensinar às crianças comportamentos socialmente adequados (Cruz, 2013; Eisenberg & Fabes, 1998). Hoffman (2000) salienta que as ED indutivas também aumentam o nível de empatia das crianças, pois as mesmas refletem sobre o impacto dos seus comportamentos nos outros. Dessa forma, na medida em que as crianças são alertadas sobre as consequências das suas ações no outro, as ED indutivas podem constituir estratégias de reparação do comportamento inadequado. Assim, as estratégias indutivas, sejam elas focadas na emoção, como confortar a criança ou ajudá-la a lidar com seus sentimentos, ou focadas no problema, como ajudar a criança a pensar em maneiras de resolver a questão/situação, fortalecem relacionamentos positivos entre pais e filhos, contribuem para um melhor desenvolvimento e ajustamento

psicológico infantil (Carlo et al., 2011; Patrick & Gibbs, 2012) e estimulam o comportamento pró-social e raciocínio das crianças sobre as consequências do seu comportamento (Holden et al., 2016; Siegel & Bryson, 2016).

1.2 Estratégias Disciplinares em Acolhimento Residencial

Como prática comum em todo o mundo, há crianças que, para a sua proteção, são removidas temporariamente das famílias de origem, sendo colocadas em contextos onde a “parentalidade” e as ED são exercidas por outros adultos cuidadores. Em Portugal, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) impõe a aplicação de medidas de promoção e proteção visando assegurar que toda a criança cresce num ambiente familiar que respeita os seus direitos e responde às suas necessidades básicas, de estimulação do desenvolvimento, emocionais e sociais. Estas medidas podem ser aplicadas em meio natural de vida ou ser de colocação extrafamiliar. Quando a situação de perigo em que a criança se encontra exige a aplicação de uma medida de colocação extrafamiliar, a probabilidade que a criança seja colocada em acolhimento residencial (AR) é elevadíssima. De facto, em 2019, Portugal tinha 7046 crianças e jovens no seu sistema de acolhimento, dos quais 6312 (97.3%) em AR, sendo 86% em AR generalista (Instituto da Segurança Social, Instituto Público [ISS, IP], 2020).

A comunidade científica é assertiva quanto à prioridade que deve ser dada aos ambientes de cuidados familiares, em detrimento dos institucionais, mostrando que a institucionalização está fortemente associada a atrasos no crescimento físico, desenvolvimento cerebral e cognitivo, problemas de atenção e hiperatividade, e complicações emocionais graves, como ansiedade e depressão, dificuldade de formar ligações emocionais seguras, maior risco para psicopatologia e uso de substâncias (e.g., Leipoldt et al., 2019; Maneiro et al., 2019; van IJzendoorn et al., 2020; Yampolskaya et al., 2019; Yoon, 2017). Apontando para o facto de as instituições não responderem adequadamente às necessidades básicas das crianças, como relacionamentos pessoais estáveis e positivos, bem como de cuidados e estímulos adequados ao desenvolvimento, a negligência estrutural foi qualificada como a provável principal e mais difundida forma de maus-tratos institucionais (Konstantopoulou & Mantziou, 2020; van IJzendoorn et al., 2011). Além disso, sistemas que valorizem os cuidados familiares alternativos são melhores, mais eficazes, e favorecem o cumprimento dos direitos das crianças (Groza et al., 2011).

Um estudo realizado em Israel com 1.324 adolescentes (11 a 19 anos) constatou taxas preocupantes de maus-tratos em contexto de AR, onde 19% dos adolescentes relataram que

foram agarrados e empurrados, 16% beliscados, 12% esbofeteados e 11% pontapeados (Attar-Schwartz, 2011). O mesmo estudo reporta que cerca 30% dos adolescentes relataram serem humilhados, insultados ou ridicularizados e 1/4 dos participantes reportaram algum tipo de mal-estar físico. Embora neste estudo, o maltrato não se restrinja a situações disciplinares, esta evidência é essencial porque nos fornece dados sobre a qualidade do acolhimento que o sistema de proteção fornece, e contribui para a reflexão sobre o modo como a sociedade e os serviços de proteção infantil cumprem o dever de fornecer proteção/segurança para as crianças que são removidas dos seus lares (Attar-Schwartz, 2014; Barros & Fiamenghi, 2007; Bullock et al., 2006). Os padrões coercivos de interação criança-adulto tendem a ter origem nas relações com a família de origem e são reproduzidos noutros contextos (Granic & Patterson, 2006).

O presente estudo partiu da constatação da escassez de dados sobre práticas e/ou avaliações sobre as ED no contexto do AR em Portugal. Assumindo que tal ambiente, enquanto contexto de desenvolvimento, precisa responder às singularidades da criança acolhida, as ED em contexto de AR devem ir ao encontro da qualidade do acolhimento, da promoção e defesa dos direitos e da proteção da criança, devendo ser aplicadas de forma individualizada, personalizada, com noção de cuidado, segurança e respeito. Segundo os *Standards* de Qualidade do AR (Del Valle et al., 2012), as ED em AR devem constituir-se como práticas adequadas e consistentes, inseridas no modelo educativo/terapêutico, e baseadas no elogio e reforço positivo dos comportamentos adequados. As ED realizadas através de controle coercivo, como castigos, retiradas de atividades prazerosas, retiradas de afeto, violência física/emocional, entre outros, reforçam um ambiente de autoritarismo, que pode ser retraumatizador, contrário aos objetivos de um AR de qualidade (Cavalcante et al., 2007). Por outro lado, a adoção de práticas de cuidado positivos, consistentes e que leve em consideração as vozes das crianças (Rauktis et al., 2011), num ambiente estável e de reciprocidade afetiva, têm sido repetidamente destacadas para redução do abuso infantil e da negligência (Sege et al., 2018; WHO, 2020).

Estudos mostram que as crianças/jovens em AR apresentam mais expressões emocionais ambíguas e comportamentos desajustados, fruto das experiências de adversidade passada, pautadas por ausência/descontinuidade de afeto na família de origem e por episódios traumáticos (Campos et al., 2019; Pace et al., 2019; Seng & Prinz, 2008), em comparação com crianças que vivem com suas famílias (Gearing et al., 2015). Desta forma, o AR deve ser caracterizado por um ambiente que promova a resolução de conflitos, pela presença de pelo menos um adulto genuinamente envolvido com a criança, gerando laços afetivos que forneçam

suporte em momentos adversos (Carlos et al., 2013). Nessa ótica, as ED exigem dos adultos cuidadores a capacidade de agir na mudança dos comportamentos inadequados da criança, numa leitura do significado dos mesmos, baseada na responsividade e confiança, facilitadora de processos de desenvolvimento adaptativo e regulação emocional (Costa et al., 2019; Lino & Lima, 2017), e que sejam absolutamente cumpridoras dos direitos das crianças (Mota & Matos., 2015).

A criança em AR detém direitos associados à sua situação de acolhimento, definidos na LPCJP, os quais incluem o tratamento individualizado, o respeito, a satisfação das necessidades afetivas e sociais e o acesso a serviços que beneficiem o desenvolvimento integral da criança (LPCJ, Art. 21º). Estes direitos devem ser cumpridos com práticas educativas adaptadas e personalizadas, tendo em consideração as vivências anteriores de trauma, bem como situações de risco inerentes ao próprio contexto do AR (Mersky & Janczewski, 2013). Na resposta a esses direitos, o AR deve garantir o acesso a contextos educativos, culturais, desportivos, com experiências lúdicas, recreativas e pedagógicas (LPCJ, Art. 21), caso contrário, torna-se hostil para o desenvolvimento das crianças/jovens acolhidos (Cavalcante et al., 2007).

De igual modo, a criança tem direito à preservação das relações afetivas estruturantes, significativas, tendo garantida a continuidade de uma vinculação securizante, a fim de promover a reparação das relações inseguras trazidas do ambiente familiar, permitindo que a criança saia da experiência do AR com vivências familiares positivas e mais saudáveis (Costa et al., 2020). McWey e Cui (2017) mostraram que o contacto regular com pelo menos um dos pais biológicos está positivamente relacionado com o bem-estar da criança em AR. A ausência desse contacto está significativamente associada a mais problemas emocionais e de comportamento (Corval et al., 2017; McWey et al., 2010).

Nesta linha, ED de qualidade requerem atenção especial aos cuidadores que atuam no AR. É inegável que os profissionais que trabalham diretamente com as crianças desempenham um papel primordial de auxílio e resposta às suas necessidades. A literatura nesse âmbito é escassa, no entanto, alguns estudos verificaram que grande parte dos cuidadores não têm formação (e.g., Castillo et al., 2012), e referem a necessidade de uma equipa multiprofissional, qualificada, adequadamente preparada para promover o desenvolvimento emocional positivo das crianças (Bettmann et al., 2015; Carvalho et al., 2016; Hermenau et al., 2015), como figuras significativas de vinculação (Zegers et al., 2008). A literatura mostra ainda que algumas características, como o vínculo estabelecido entre cuidador-criança e a experiência profissional, têm efeitos no relacionamento com as crianças (Adrião & Teixeira 2013; Montserrat &

Melendro, 2017; Souverein et al., 2013). A investigação tem evidenciado que as interações positivas com as crianças aumentam significativamente (Weissman, 2004), e o recurso a ED punitivas reduz significativamente (Hermenau et al., 2011; Hermenau et al., 2015), quando os profissionais têm formação na área da proteção à infância. A supervisão externa da CA, proporcionando aconselhamento específico aos cuidadores em relação a situações de conflito e outras demandas das CA, pode constituir-se também uma medida importante para a redução das práticas abusivas e violadoras de direitos em AR e satisfação no trabalho (Bloom & Farragher, 2010; Byrne & Sias, 2010; Del Valle et al., 2007; Stalker et al., 2007), sendo imperiosa a definição de políticas que, proibindo condutas violadoras de direitos entre outras ED punitivas, orientem os profissionais para práticas apropriadas (Horwath, 2000).

O presente estudo visa analisar as ED usadas pelos cuidadores em casas de acolhimento (CA) em Portugal, a partir do relato das crianças/adolescentes acolhidos, cuidadores e diretores técnicos (DT), seguindo um referencial teórico que inclui/relaciona o conceito de qualidade em AR, a disciplina positiva e os direitos das crianças. Para este fim, o estudo empregará uma metodologia mista de recolha e análise de dados.

Nesse âmbito, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar e categorizar as ED que são usadas para o controle de comportamentos inadequados pelos cuidadores das CA, segundo o relato das crianças/adolescentes acolhidos, cuidadores e DT;
2. Identificar diferentes grupos/tipos de CA, a partir das frequências das categorias de ED encontradas;
3. Comparar os grupos de CA obtidos quanto à qualidade das ED avaliada pelos investigadores;
4. Analisar se os grupos/tipos de CA diferem relativamente a características individuais dos cuidadores (formação específica, experiência profissional) e à qualidade do processo de seleção/recrutamento implementado na CA;
5. Verificar que variáveis relativas às CA (tipologia, supervisão externa) se associam aos grupos/tipos de CA obtidos.

2. Método

2.1 Participantes

No presente estudo participaram 424 crianças/adolescentes em acolhimento, respetivos 266 cuidadores e 60 DT, de 60 CA, distribuídas geograficamente por Portugal continental, Açores e Madeira. Relativamente à dimensão das CA, 20 (33.9%) foram consideradas de pequena dimensão (que acolhiam até 12 crianças), 18 (30.5%) de média dimensão (13 a 24 crianças) e 22 (35.6%) de grande dimensão (25 ou mais crianças). Vinte CA (34%) eram mistas, 21 (34%) segregadas masculinas e 19 (32%) segregadas femininas.

Das 424 crianças/adolescentes que participaram deste estudo, 195 são do sexo feminino (46.2%) e 227 do sexo masculino (53.8%), com idades compreendidas entre 6 e 25 anos ($M = 14.41$, $DP = 3.28$), sem diferenças significativas de idade em função do sexo, $t(420) = 0.85$, ns ; 82 (19.4%) tinham entre 6 e 11 anos e 340 (80.6%) entre 12 e 25. O número de crianças/adolescentes participantes em cada CA variou entre dois e 44 ($Mo = 7$, $M = 18.61$, $DP = 9.48$). No momento da recolha de dados, as crianças/adolescentes encontravam-se acolhidos, em média, há cerca de três anos e quatro meses ($M = 40.34$ meses, $DP = 40.76$, $Min. = 1$, $Máx. = 210$ [17.6 anos]).

Dos 266 cuidadores entrevistados, 241 são do sexo feminino (90.9%) e 25 do sexo masculino (9.1%), com idades entre 20 e 72 anos ($M = 40.00$, $DP = 10.15$). O número de cuidadores participantes no estudo, de cada CA, variou entre três e 29 ($Mo = 10$, $M = 12.16$, $DP = 5.36$). A experiência profissional total variou entre um e 444 meses (37 anos; $M = 114.22$, $DP = 83.64$). Relativamente à escolaridade, 10 cuidadores (3.8%) tinham até o 4º ano, nove (3.4%) o 6º ano, 31 (11.7%) tinham concluído o 9º ano, 64 (24.2%) o 12º ano, 126 (47%) tinham a licenciatura e 26 (9.8%) tinham mestrado. Cento e cinco (38.3%) sem formação específica, 41 (15.4%) em psicologia, 33 (12.4%) em serviço social, 21 (7.9%) em educação social, 15 (5.6%) em educação de infância, seis (2.3%) em ensino, seis (2.3%) em animação sociocultural, quatro (1.5%) em ciências da educação, quatro (1.5%) em sociologia, quatro (1.5%) em curso em ação educativa, três (1.1%) em pedagogia, um (0.4%) em curso profissional de apoio à infância e 24 (9%) outras formações.

Dos 60 DT entrevistados (sem informação para um DT), 51 são do sexo feminino (86.4%) e oito do sexo masculino (13.6%), com idades entre 25 e 65 anos ($M = 41.6$, $DP = 9.33$). A experiência profissional total variou entre 12 e 312 meses ($M = 141.1$ [11.75 anos], DP

= 80.99). Vinte e sete (45.8%) são formados em serviço social, 16 (27.1%) em psicologia, três (5.1%) em educação de infância, dois (3.4%) em educação social, um (1.7%) em ensino, dois (3.4%) em sociologia e oito (13.6%) tinham outras formações.

2.2 Instrumentos

2.2.1. ARQUA - P (Equipa EQAR, 2018; Rodrigues et al., 2015). É um sistema de avaliação abrangente do AR, constituído por diferentes instrumentos que permitem avaliar a qualidade do AR em Portugal, tendo por base o modelo ecológico do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 2005). No presente estudo foram utilizados o Pedido de Informação Prévia, a Entrevista para Crianças e Jovens, a Entrevista para Cuidadores, a Entrevista ao Diretor e o Semáforo.

2.2.1.1. Pedido de Informação Prévia. Instrumento de recolha de informações relativas às CA (e.g., dimensão, tipologia, supervisão) e aos dados sociodemográficos das crianças, dos cuidadores e DT (sexo, idade, tempo de acolhimento, escolaridade, formação, tempo na função e experiência profissional).

2.2.1.2. Entrevista para Crianças e Jovens; Entrevista para Cuidadores; Entrevista ao Diretor. Entrevistas estruturadas que permitiram avaliar as 20 dimensões de qualidade do AR, através de resposta a itens numa escala tipo *Likert* de 5 pontos (1 = *nada*, 5 = *muito*). No presente estudo, procedeu-se à análise qualitativa da questão aberta relativa à dimensão “Consequências Educativas”, a qual foi utilizada para identificar as ED praticadas na CA, de acordo com crianças/adolescentes, cuidadores e diretores técnicos, respetivamente.

2.2.1.3. Semáforo. É um instrumento de avaliação das 20 dimensões da qualidade utilizado pelos investigadores. Neste estudo foi analisada a dimensão “Consequências Educativas”. Esta avaliação quantitativa, realizada numa escala tipo *Likert* de 5 pontos (1 = *nada*, 5 = *muito*), é obtida por acordo entre os investigadores.

2.3. Procedimentos

2.2.3 Seleção da amostra. Este estudo faz parte de um projeto mais alargado, o EQAR o qual incidiu sobre uma amostra representativa nacional de 90 CA. No presente estudo, a amostra é constituída por 60 CA (66.7% da amostra total), pelo fato de apenas após a avaliação de 30 CA da amostra os investigadores terem sentido a necessidade de acrescentar uma questão

aberta sobre “Consequências Educativas” nas entrevistas conduzidas com as crianças e com os cuidadores, com o intuito de obter informação complementar à avaliação quantitativa. Embora os dados quantitativos relativos a esta dimensão estejam disponíveis para a totalidade da amostra, no presente estudo privilegiou-se a dimensão qualitativa, o que implicou a redução do número de CA participantes. O critério de seleção das crianças participantes no projeto EQAR, envolveu a exigência de permanência em acolhimento na CA há pelo menos um mês.

2.2.3 Recolha dos dados. Antes da visita de recolha de dados, todas as CA assinaram uma declaração de consentimento informado na qual eram assegurados requisitos éticos e de confidencialidade. Posteriormente todos os participantes deram, individualmente, o seu consentimento sendo informados que a participação era voluntária. A visita de avaliação foi realizada por uma equipa composta por três a cinco investigadores com formação específica na aplicação do ARQUA-P. As entrevistas foram realizadas individualmente num local apropriado e confortável que garantisse a confidencialidade e privacidade dos dados recolhidos. Após cada visita, a equipa de investigação elaborou um relatório baseado no Semáforo, realizado através de acordo inter-observador, que continha a avaliação da qualidade da CA.

2.2.3 Análise dos dados. Este estudo utilizou uma metodologia mista de análise de dados. Para identificar e categorizar as ED utilizadas pelos cuidadores das CA, considerando o relato das crianças/adolescentes acolhidos, cuidadores e DT (objetivo 1), recorreu-se ao método qualitativo de análise de conteúdo. Foram analisadas as respostas dos informantes à questão “Quais as consequências/ castigos que costumam aplicar na casa?”. Para isso, utilizou-se o programa de análise qualitativa *QDA Miner Lite*. A partir da exploração das respostas, foram criadas categorias que caracterizaram diferentes tipos de ED. Tal análise apoiou-se teoricamente nos direitos das crianças, nos *standards* internacionais de qualidade em AR e nos princípios da parentalidade/disciplina positiva.

A análise dos documentos que respondiam ao objetivo em questão, seguiu um processo ancorado nas regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, apresentadas por Bardin (1977). O material reunido para análise compôs-se de 750 relatos dos participantes deste estudo, os quais foram inicialmente objeto de uma leitura flutuante, com o intuito de conhecer o material.

Num segundo momento, foi definida uma lista de temas chave que emergiam dos relatos, processo este inicialmente indutivo, contextualizado com a temática central do estudo, e “analisados segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (Bardin, 1977, p.

105). A unidade de análise determinante para a divisão e codificação dos relatos foi definida como: *Estratégia ou conjunto de estratégias que são aplicadas com o intuito de corrigir e direcionar os comportamentos inadequados da criança*. Além disso, importante informar que uma única resposta/retrato podia conter várias ED, pelo que estas foram codificadas separadamente e em diferentes categorias. Como resultado deste processo, através de uma releitura exaustiva para definir o que é essencial tendo em conta os objetivos eleitos, o critério de categorização semântico e a intenção comunicativa dos conteúdos, criou-se um primeiro sistema de categorias e subcategorias. Uma vez que se constatou que algumas das categorias criadas eram semelhantes a termos/conceitos teóricos da parentalidade/disciplina positiva, estes foram usados como títulos no sistema de categorias.

Nesta análise qualitativa recorreu-se ao acordo inter-observadores. Para além da investigadora deste estudo, com formação em psicologia e devidamente formada no sistema ARQUA-P, duas estudantes do mestrado integrado em psicologia receberam formação na área e participaram na codificação das respostas. Neste estudo foi obtido um acordo inter-observadores de 89.7%, o que reforça a validade e adequabilidade do sistema de codificação criado. Para a obtenção do acordo inter-observadores cada um dos três juízes codificou, de forma independente, as 424 respostas dadas pelas crianças. Posteriormente, de forma a verificar novamente o acordo, os três codificadores discutiram as divergências de codificação e refinaram os critérios, sendo depois verificado o acordo em conjunto. Estabeleceu-se o sistema definitivo de categorias e subcategorias que é apresentado na Tabela 1.

Os dados qualitativos foram codificados e introduzidos em SPSS (IBM SPSS Statistics para Windows, versão 27) através da identificação, para cada participante, da presença ou ausência das ED em suas narrativas, codificadas com 1 e 0, respetivamente. Recorreu-se à estatística univariada para descrever as categorias obtidas. As Tabelas 2 a 7 apresentam as frequências e percentagens obtidas para cada categoria, em função do informante. As seis categorias foram computadas em três grandes tipos de ED (cf. Secção Resultados), variáveis que foram usadas nas análises quantitativas posteriores.

Após estes procedimentos, para responder aos restantes objetivos do estudo, foi criada uma base de dados cuja unidade de análise foram as CA. Nesta base de dados foram incluídos os *count* para cada um dos três tipos de ED, em função de cada um dos três informantes. Tendo presente o número variável de crianças/adolescentes e cuidadores participantes (ao contrário do que aconteceu com os diretores técnicos – um por CA), foi calculado um rácio dos *count* de cada ED, ou seja, para cada CA, o número de crianças/adolescentes/cuidadores que referem

ED daquele tipo foi dividido pelo número total de crianças/adolescentes/cuidadores participantes. Estas variáveis constituíram uma medida da frequência de utilização de cada tipo de estratégia, de acordo com cada um dos informantes, para cada CA. Estas variáveis foram exploradas quanto à normalidade e à existência de *outliers*, não se tendo observado desvios significativos quanto à normalidade, nem a existência de valores extremos.

Para a identificação de tipos de CA quanto às ED (objetivo 2) foi realizada uma análise de *clusters* usando a combinação do método hierárquico (exploração do número ideal de *clusters*) com o método não-hierárquico (*K-Means*). Para definição dos *clusters* partiu-se das nove variáveis correspondentes aos três tipos de ED (positivas baseadas na indução, punitivas e violadoras dos direitos) de acordo com os três tipos de informantes (crianças, cuidadores e diretores técnicos). Estas nove variáveis foram estandardizadas, pelo que na análise de *clusters* foram usados os respetivos Z scores. O número ideal de *clusters* obtido no método hierárquico foi uma solução de três grupos pelo que este número foi fixado no método não-hierárquico. A comparação de médias através de ANOVAs unifatoriais (Tabela 8) foi utilizada para verificar as diferenças entre *clusters*, em relação às variáveis que os qualificavam. Para observar as diferenças entre grupos recorreu-se aos testes *post-hoc*, *Hochberg* e *Games-Howell*, em função do facto das variâncias serem homogéneas ou não, respetivamente. O teste *Hochberg* foi selecionado por ser considerado o mais adequado quando o tamanho dos grupos é muito diferente.

Para comparar os grupos obtidos na análise de *clusters* quanto às notas da qualidade das ED atribuídas pelos investigadores (objetivo 3) e quanto ao nível da formação/qualificação específica e experiência profissional dos cuidadores, e qualidade do processo de seleção/recrutamento implementado na CA (objetivo 4) recorreu-se a ANOVAs unifatoriais. Com o intuito de explorar associações entre variáveis relativas às CA (tipologia e supervisão externa) e os *clusters* encontrados, recorreu-se ao qui-quadrado (objetivo 5).

3. Resultados

3.1 Identificação e Categorização das Estratégias Disciplinares: Análise de Conteúdo

Do processo de análise de conteúdo das respostas à pergunta “Quais as consequências/castigos que costumam aplicar na casa?”, foram identificadas 2097 ED, citadas em 750 relatos dos participantes entrevistados (crianças/adolescentes, cuidadores e diretores). Este conjunto de dados deu origem a 33 subcategorias, que por sua vez se organizaram em seis

grandes categorias. A Tabela 1 descreve cada uma das ED identificadas (categorias e subcategorias), bem como apresenta alguns excertos de respostas. Nesta apresentação de resultados optou-se por descrever apenas as subcategorias que tiveram maior frequência nas respostas dos participantes, assim como também, as que mesmo não tendo uma frequência significativa, se mostraram relevantes na ótica do investigador. Contudo, as tabelas em anexo apresentam os resultados completos das categorias e subcategorias (Tabela 2 a 7).

Na primeira categoria - *Estratégias punitivas e baseadas na afirmação do poder* (Tabela 2) – a subcategoria *Retirada de objetos desejados* apresenta a frequência mais elevada, tendo sido mencionada por 427 participantes, indicando que 56.9% dos entrevistados relataram como ED a retirada temporária de algum objeto que a criança valorize (“Cada falta nas aulas um dia sem telemóvel”). A segunda maior frequência foi obtida na subcategoria *Acréscimo de tarefas domésticas* (36%), em que 270 participantes relataram a atribuição de tarefas domésticas extras às crianças. Tais tarefas poderão ser realizadas com o acompanhamento dos adultos, em conjunto com outras crianças ou sozinha (“Limpar a casa de banho, lavar a louça”).

Relativamente à categoria *Estratégias punitivas e baseadas na retirada de afeto* (Tabela 3), a subcategoria *Isolamento temporário*, que consiste em isolar a criança em um lugar afastado e/ou não permitir que a criança esteja presente em momentos coletivos com outras crianças, foi mencionada por 118 participantes (15.7%), na sua maioria crianças ($n = 80$; Não comem juntamente com os outros, comem a seguir, esta é das coisas que eles mais sentem”, “Ir para as escadas”).

A Tabela 4 - *Estratégias punitivas e que violam os direitos baseadas em maus-tratos físicos* - mostra que 52 participantes (7%), dentre eles 46 crianças, evidenciaram a privação das necessidades básicas de alimentação como ED, definidas pela subcategoria *Privação alimentar* (“Há colegas a comer pão e água, ficar sem cear”). A subcategoria *Sobrecarga exagerada de tarefas*, definida como sendo um conjunto de atividades desenvolvidas por crianças que se considera terem efeitos negativos na saúde, educação e normal desenvolvimento da mesma (“Há uma cuidadora que mandou um menino de 7 anos lavar o chão”), foi referida por 42 participantes (5.6%), dos quais 33 crianças.

De notar que a subcategoria *Privação da liberdade*, que consiste em impedir a deslocação da criança, forçando-a a permanecer num determinado local, comprometendo, assim, o seu bem-estar e desenvolvimento equilibrado, e a subcategoria *Punição física*, que pressupõe contacto físico do qual resultam danos físicos na criança com o objetivo de ferir, deixando ou não marcas evidentes, tais como, beliscões, puxões de orelha, bofetadas, entre

outras, foram relatadas somente por crianças ($n = 49$, 6.6%; “Ficar fechado no refeitório sem atividades um mês”, “Palmadas na cara”).

Quanto às *Estratégias punitivas e que violam os direitos baseadas em maus tratos emocionais* (Tabela 5) é de se destacar que a privação da manutenção regular e de contatos pessoais com a família de origem e/ou com as pessoas com quem tenha especial relação afetiva, definida pela subcategoria *Privação social e dos contactos familiares*, foi mencionada por 211 participantes (143 crianças, 53 cuidadores e 15 DT), o que corresponde a 28% do total dos entrevistados (“Suspendemos os fins de semana e idas a casa, e encurtamos as férias”).

Os dados relativos à categoria *Estratégias punitivas e que violam os direitos baseadas na apropriação indevida de bens* (Tabela 6), englobam as ED que se baseiam na retirada total da semanada da criança, definidas pela subcategoria *Retirada total de dinheiro de bolso* ($n = 149$, 20%; “Ficar sem semanada”), e a subcategoria *Apropriação indevida de objetos pessoais*, que representa a apropriação ilegítima de coisa alheia, onde é retirado, parcialmente ou totalmente, o acesso a bens pessoais diversos, teve menos incidência, sendo expressa por 12 (1.6%) entrevistados (“Ficar sem o tablet, fiquei sem ele um ano e 5 meses”).

De realçar que em relação à categoria *Estratégias positivas e baseadas na indução* (Tabela 7), quatro subcategorias foram identificadas, citadas por apenas 35 participantes (4.6%). Compõe essa categoria, a subcategoria *Reparação/compensação positiva dos danos*, que representa equilibrar uma situação através de ações positivas de modo a neutralizar os resultados de algum ato negativo, restituindo o dano ou o mal efetuado a outro indivíduo (“Uma coisa mal, têm que compensar com 5 coisas boas”), e a subcategoria *Atividade de reflexão* (“Conversa, realização de um trabalho sobre a situação”, “Desrespeito com os colegas ou adultos fazem uma reflexão”) que engloba a realização de atividades que incentivem a reflexão e o debate em relação à postura acerca de si próprio. A subcategoria *Diálogo reflexivo* é descrita como um diálogo que estabelece uma relação horizontal de troca entre duas pessoas na qual haja a possibilidade de análise das experiências vividas e reflexão das ações (“Diálogo de reflexão com a criança”), e a subcategoria *Pedir desculpas* que denota o ato de reconhecer um erro e se retratar (“Dar beijinho e pedir desculpa”).

3.2 Caracterização das Casas de Acolhimento quanto às Estratégias Disciplinares segundo Crianças, Cuidadores e Diretores Técnicos

As seis categorias anteriores foram computadas em três grandes tipos de ED, a saber: “Estratégias Positivas e Baseadas na Indução”, “Estratégias Punitivas” e “Estratégias

Violadoras de Direitos”. Para cada uma foi calculada a frequência do uso dessas estratégias, de acordo com cada um dos informantes, para cada uma das CA. A Tabela 8 apresenta a estatística descritiva destas variáveis.

3.2.1 Tipos de Casas de Acolhimento quanto às Estratégias Disciplinares: Análise de Clusters

A análise de *clusters* permitiu identificar três grupos de CA quanto às ED utilizadas, segundo a perspectiva dos três informantes. A Tabela 8 apresenta os resultados descritivos das variáveis das ED em função de cada um dos informantes e em função de cada um dos *clusters*, bem como as diferenças de médias entre eles. Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos para oito das nove variáveis que constituíram os *clusters* (cf. Tabela 8).

O *Cluster B* diferiu significativamente do *Cluster A* (*diferença média* = 0.28, $p = .033$, IC a 95% [0.02, 0.55]) e do *Cluster C* (*diferença média* = 0.33, $p = 0.12$, IC a 95% [0.06, 0.60]) em relação à variável “Estratégias Positivas e Baseadas na Indução” na ótica dos cuidadores, sendo o *Cluster B* o grupo que apresenta mais estratégias positivas. Relativamente às “Estratégias Positivas e Baseadas na Indução” na ótica dos DT e das crianças, não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre os três *clusters* (cf. Tabela 8).

Relativamente à variável “Estratégias Violadoras de Direitos”, o *Cluster C* apresenta diferenças estatisticamente significativas em relação ao *Cluster A* de acordo com todos os informantes, nomeadamente, DT (*diferença média* = 0.75, $p < .001$, IC a 95% [0.38, 1.13]), crianças/adolescentes (*diferença média* = 0.62, $p < .001$, IC a 95% [0.29, 0.95]) e cuidadores (*diferença média* = 0.66, $p < .001$, IC a 95% [0.42, 0.89]). Similarmente, o *Cluster C* apresenta diferenças estatisticamente significativas com o *Cluster B*, segundo os DT (*diferença média* = 0.92, $p < .001$, IC a 95% [0.57, 1.27]) e crianças/adolescentes (*diferença média* = 0.94, $p = .005$, IC a 95% [0.42, 1.46]); segundo os cuidadores a diferença não é estatisticamente significativa (cf. Tabela 8). Isto é, o *Cluster C* evidencia ser o grupo com maior taxa de estratégias violadoras de direitos. Ainda, o *Cluster B* apresenta diferenças estatisticamente significativas com o *Cluster A* segundo o DT (*diferença média* = - 0.17, $p = .037$, IC a 95% [- 0.32, - 0.01]).

No que se refere à variável “Estratégias Punitivas”, o *Cluster A* apresenta diferenças estatisticamente significativas com o *Cluster C*, segundo as crianças/adolescentes (*diferença média* = 0.53, $p < .001$, IC a 95% [0.24, 0.82]) e cuidadores (*diferença média* = 0.59, $p = .018$,

IC a 95% [0.08, 1.09]). No que concerne aos DT não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters* nas “Estratégias Punitivas”.

Para efeitos deste estudo, o *Cluster A*, que incluiu 33 CA, foi denominado como “Casas Punitivas”, uma vez que obteve maior presença de estratégias punitivas na ótica das crianças e cuidadores, e média intermédia no ponto de vista dos DT. O *Cluster B* incluiu apenas duas CA, o qual foi denominado “Casas Indutivas” e obteve as médias mais altas no que diz respeito à variável “Estratégias Positivas e Baseadas na Indução” de acordo com todos os informantes. O *Cluster C* abrangeu 25 CA, designado “Casas Violadoras de Direitos”, e apresentou médias mais elevadas segundo todos os informantes quanto à variável “Estratégias Violadoras de Direitos”, assim como também as médias mais baixas no que toca às ED Positivas.

3.3.3 *Clusters* e Qualidade da dimensão Consequências Educativas

Observaram-se diferenças significativas entre os *clusters* em função da qualidade das ED avaliadas pelos investigadores, $F(2,54) = 4.56$, $p = .015$, $\eta^2 = 0.15$. Especificamente, as “Casas Punitivas” ($M = 3.03$, $DP = 0.85$) têm maior qualidade do que as “Casas Violadoras de Direitos” ($M = 2.37$, $DP = 0.84$; *diferença média* = 0.66, $p = .020$, IC a 95% [0.08, 1.23]), na perspectiva dos avaliadores.

3.3.4 *Clusters* e Características dos Cuidadores

Não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes *clusters*, em função do número de cuidadores com formação específica na CA, $F(2,59) = 0.29$, *ns*; ou do número de anos de experiência profissional desses cuidadores, $F(2,57) = 0.63$, *ns*.

3.3.5 *Clusters* e Características das CA

Foram analisadas associações entre os *clusters* obtidos e a tipologia da casa (mista e segregada) e a existência de supervisão externa. Em relação à tipologia, observou-se uma associação estatisticamente significativa, $\chi^2(2) = 8.27$, $p = .016$, $V = 0.37$, com uma tendência para as “Casas Punitivas” serem de tipologia mista, e as “Casas Violadoras de Direitos” segregadas. Em relação à supervisão externa (acompanhamento externo do trabalho nas CA por profissionais especializados), $\chi^2(2) = 3.80$, *ns*, não se observaram associações estatisticamente significativas.

Também foram exploradas diferenças de médias entre os *clusters* ao nível da qualidade do processo de seleção (controlo de seleção que garante a qualificação, formação, perfil

profissional e a aptidão para o trabalho). Contudo, não se observaram diferenças estatisticamente significativas, $F(2,59) = 1.56$, *ns*.

4. Discussão

O objetivo principal deste estudo consistiu em analisar as ED usadas pelos cuidadores em CA em Portugal, a partir do relato das crianças/adolescentes acolhidos, cuidadores e DT. Os resultados obtidos serão discutidos assumindo um referencial teórico que inclui e relaciona o conceito de qualidade em AR, a disciplina positiva e os direitos das crianças.

Quanto ao primeiro objetivo de investigação, relativo à identificação e categorização das ED utilizadas pelos cuidadores das CA para o controle de comportamentos inadequados, segundo o relato das crianças/adolescentes acolhidos, cuidadores e DT, é de realçar que a categoria “*Estratégias punitivas e baseadas na afirmação do poder*” foi identificada com maior frequência nas respostas dos participantes e, desta forma, dividida em 14 subcategorias. A elevada frequência dessa categoria nos relatos dos participantes demonstra uma reprodução dos padrões coercivos de interação criança-adulto, que têm sido recurso disciplinar frequente dos pais na busca da obediência e mudança de comportamento dos seus filhos, sendo esta uma prática que dá origem a problemas emocionais e comportamentais diversos (Kim & Kochanska, 2015; MacKenbach et al., 2014).

As crianças em AR apresentam importante incidência de problemas psicológicos e de comportamentos desajustados (Campos et al., 2019), em níveis mais elevados quando comparados com crianças que vivem com suas famílias (Gearing et al., 2015). Dito isto, o impacto de tais ED nas crianças em AR, pode ser devastador, tendo em vista suas vivências traumáticas face às vinculações inseguras e desorganizadas e um passado de adversidade. Nesse sentido, fica claro que esses encontros disciplinares criança-cuidador reproduzidos nas CA, se por um lado, teriam grande potencial de construir um ambiente mais socialmente qualificado, resiliente e promotor de crianças mais autorreguladas, por outro, propagam conflitos interpessoais, intensa desregulação emocional e crianças mais vulneráveis (Straus, 2000). Assim, considera-se que as ED em AR devem ter um caráter terapêutico, sendo capazes de impulsionar e encorajar as crianças a refletirem sobre seus comportamentos e a melhorar as possibilidades de resolução dos conflitos, e isso não será alcançado com ED punitivas e de afirmação de poder, baseadas em práticas arbitrárias, e que colocam o cuidador numa posição de superioridade em relação à criança.

Relativamente à categoria “*Estratégias punitivas e baseadas na retirada de afeto*”, caracterizada pelas punições baseadas na omissão, no afastamento cuidador-criança e na demonstração de desafeto à criança (Hoffman (1985), os resultados mostraram que a subcategoria “*Isolamento temporário*” foi identificada com maior frequência nas respostas das crianças, assim como a subcategoria “*Time out*” nas respostas dos cuidadores. Os resultados do atual estudo ratificam a popularidade desse tipo de prática, que é um dos procedimentos disciplinares mais comuns usados pelos pais, perdendo apenas para as explicações verbais, e o seu uso tem-se intensificado nas últimas décadas (Ryan et al., 2016). Alguns programas de intervenções parentais que utilizam o *time out* como ED em crianças com trajetória desenvolvimental normativa, apresentam eficácia claramente estabelecida para prevenir ou tratar uma variedade de comportamentos e emoções infantis inadequadas (Kaminski & Claussen, 2017). Contudo, levando em consideração as características das crianças em AR, esse tipo de prática danifica ou quebra o vínculo entre o cuidador e a criança, comunicando uma indisponibilidade em ajudá-la a gerir e acalmar as emoções difíceis e conflitos interpessoais (Siegel & Bryson, 2016). Esta é uma preocupação que vale a pena ser considerada, principalmente no contexto do AR, isto porque, grande parte das crianças acolhidas, não apenas experimentaram abusos e/ou negligências graves o suficiente para resultar na retirada do seu contexto familiar de origem, como também, somado a isso, experimentaram a separação de seus pais e de outras figuras de vinculação. Para essas crianças que sofreram abusos e negligências graves, as práticas de isolamentos diversos, incluindo o *time out*, podem retraumatizá-las, reativando memórias traumáticas e causando sofrimento intenso (Dadds & Tully, 2019), para além de reforçarem à criança, com um padrão de vinculação insegura, a sua expectativa de que o adulto cuidador não está disponível.

Dito isto, acredita-se que, no âmbito do AR, as ED caracterizadas por reorientar a atenção de uma criança, interrompendo o comportamento disruptivo, ao colocá-la em uma cadeira ou algum canto específico da casa, deve ser uma resposta breve a um comportamento inadequado específico e deve ser implementado na proximidade do cuidador, o qual deve manter a postura de disponibilidade e acessibilidade. Não se trata de isolar aleatoriamente e abandonar a criança o dia todo no quarto, por exemplo, mas deve fornecer uma mensagem clara de que o cuidador se preocupa com a criança, não aprova o comportamento, acredita na sua capacidade de demonstrar comportamentos mais positivos, e que o vínculo cuidador-criança será mantido durante todo esse evento disciplinar. Isto significa que as ED devem ir ao encontro do desenvolvimento emocional positivo das crianças, o que inclui cuidadores que se esforçam

para criar vínculos saudáveis com as mesmas (Bettmann et al., 2015), funcionando como figuras significativas de apego, no amparo das suas angústias, medos e expectativas (Zegers, 2008).

Ainda de acordo com os resultados da análise qualitativa, a categoria “*Estratégias punitivas e que violam os direitos baseadas em maus-tratos físicos*”, englobou uma grande variedade de práticas que violam os direitos das crianças, a saber, privações alimentares e da liberdade, punições físicas e sobrecarga exagerada de tarefas. Sobre essa temática, estudos corroboram os resultados obtidos, apontando que, infelizmente, três em quatro crianças são regularmente submetidas a disciplina física pelos seus cuidadores (United Nations Children’s Fund, 2020). Acredita-se então que isso evidencia uma cultura de práticas severas de punições, que tendem a começar no contexto familiar de origem e se estendem aos outros âmbitos que envolvem o trato com as crianças. Logo, um ambiente negativo e intimidador no contexto do AR impede o cumprimento da sua missão básica de proteger e nutrir saudavelmente o desenvolvimento das crianças que ali estão. Em relação a isso, estudos apontam que ED de punição corporal têm sido consistentemente associadas a resultados adversos para a saúde mental, como fraco aproveitamento escolar, problemas comportamentais e baixa autoestima (Kim & Kochanska, 2015). Os resultados expostos no presente estudo, mostram-nos a necessidade de atuação urgente no combate a essas ED violadoras que fortalecem um ciclo de violência, onde as crianças que são mais propensas a serem violentas (especialmente devido à vulnerabilidade e ao histórico de trauma), continuam em AR a “aprender” o mesmo tipo de comportamentos coercivos aplicados por cuidadores violentos (Attar-Schwartz, 2014).

Quanto às “*Estratégias punitivas e que violam os direitos, baseadas na apropriação indevida de bens*”, os resultados apresentaram uma alta taxa de utilização dessa estratégia, indicando que 20% do total de participantes relataram o ato de retirar totalmente o dinheiro de bolso da criança, com o intuito de corrigir o comportamento inadequado da mesma. Práticas como esta violam os direitos das crianças/jovens em acolhimento, direitos esses garantidos por lei (artigo 58.º, n.º 1, LPCJP).

Ainda sobre as práticas violadoras, a análise qualitativa evidenciou que as “*Estratégias punitivas e que violam os direitos, baseadas em maus-tratos emocionais*” estiveram presentes nos discursos dos participantes. Nesse contexto, as falas analisadas continham críticas destrutivas, ameaças de abandono, humilhações, expressões menos adequadas com conotações ofensivas e desrespeitosas, gritos, privações dos contactos pessoais com a família de origem e/ou com as pessoas com quem tenha especial relação afetiva, entre outras. Dentre essas práticas, as ED categorizadas como “*Privação social e dos contactos familiares*” evidenciou uma

frequência aterrorizante, onde 28.3% do total de participantes do estudo informaram a presença dessa violação dos direitos das crianças/adolescentes em AR, a ser utilizada como ED. Privar as crianças dos contactos com seus familiares além de ser uma grave violação de direitos, pode impactar negativamente a criança acolhida, ao nível do desenvolvimento de perturbações da vinculação (Corval et al., 2017) e mais sintomas de depressão, comparado com crianças com contacto « frequentes com a família (McWey et al., 2010; McWey & Cui, 2017).

Nesse sentido, é urgente uma reflexão sobre as formas que os cuidadores utilizam para corrigir os comportamentos inadequados da criança em AR, sendo imprescindível que a prática de cuidado no AR seja revista e avaliada em vários níveis, a fim de proporcionar a manutenção nas CA de comportamentos saudáveis e que não violem os direitos das crianças. Para além disso, é necessário que se quebre o ciclo de desconfiança, do medo e do pouco diálogo, características estas que se constituem como uma consequência da experiência de institucionalização (Adrião & Teixeira 2013; Souverein et al., 2013).

Finalmente, ao contrário do que seria desejável, as *“Estratégias disciplinares positivas e baseadas na indução”*, foram a categoria com menor frequência nos discursos dos participantes. A disciplina indutiva permite que a criança possa ser conduzida à compreensão da necessidade de alteração do comportamento (e.g., Altschul et al., 2016; Cruz, 2013; Eisenberg & Fabes, 1998), o que se revela particularmente importante nas crianças/adolescentes em AR que, fruto da vivência do trauma/experiências adversas e do cuidado coletivo/vivência em instituição durante os primeiros anos de vida, têm dificuldades ao nível do processamento da informação social, no funcionamento executivo, no controlo inibitório e na regulação emocional (van IJzendoorn et al., 2020). É, pois, crucial que disponham de cuidadores que as ajudem/guiem na leitura das situações e no controlo dos seus comportamentos, sendo as ED indutivas um meio para tal.

No que toca ao presente estudo, as estratégias indutivas, analisadas nos discursos dos participantes, incluíram diálogos reflexivos, atividades para promover a compreensão das crianças sobre a conduta socialmente apropriada, incentivos de práticas positivas de reparação de danos, entre outras. Estas práticas disciplinares têm sido reconhecidas pela investigação como estando associadas ao desenvolvimento da competência social da criança (e.g., Altschul et al., 2016; Ren & Pope Edwards, 2015), uma vez que as orientam para as necessidades dos outros, ou seja, promovem a sua capacidade de funcionamento reflexivo, bem como ampliam a transmissão de questões morais e a internalização de valores e normas (Carlo, et al., 2011), fundamentais ao estabelecimento de interações sociais positivas e, consequentemente, à

integração e aceitação social das crianças/adolescentes. Ou seja, as mensagens indutivas são internalizadas como experiências, promovendo crianças mais autônomas, sociáveis e cooperativas, evidenciando mais comportamento pró-social e, concretamente, internalização da moral e desenvolvimento da empatia (Holden et al., 2016; Siegel & Bryson, 2016). Nesse sentido, as ED indutivas utilizadas no contexto do AR podem permitir que os cuidadores atuem como reguladores externos do ajuste comportamental das crianças, como um meio de ajudá-las a aprender a inibir comportamentos destrutivos, induzindo a empatia e criando a possibilidade de que a criança se consciencialize do dano que o seu comportamento pode causar a outra pessoa (Hoffman, 2000).

Os resultados permitiram categorizar as CA quanto às ED que nelas são aplicadas, integrando uma perspectiva multi-informantes, o que tornou esta categorização mais completa e fidedigna. As casas foram categorizadas como Punitivas, Indutivas ou Violadoras de Direitos. A maioria eram “Casas Punitivas (55%), sendo estas caracterizadas por alta frequência de aplicação de ED baseadas na afirmação de poder e na retirada de afeto (e.g., retirada parcial do dinheiro de bolso, retirada de atividades extracurriculares, a atribuição de tarefas domésticas, retirada de objetos valorizados pelas crianças, aumento de tarefas escolares, castigos coletivos, fazer alguma atividade que não gostem). Foi possível perceber que nas “Casas Punitivas” mesmo que não tivessem práticas de gestão do comportamento do tipo violador, as emoções de medo e tristeza estavam estampadas nos relatos das crianças acolhidas.

Os resultados mostraram que as ED presentes nessas CA pareciam estar desconectadas com o contexto em que foram aplicadas, sem nenhum tipo de critério de escolha ou justificativa por parte dos cuidadores, e isso parece reproduzir uma realidade da maioria dos pais que não entendem a eficácia das ED punitivas impostas aos filhos, nem como essas práticas ensinariam aos filhos o comportamento apropriado, e muito menos quais eram os procedimentos corretos (Drayton et al., 2017). Nesse encontro disciplinar o foco da criança é em seu próprio medo e ansiedade, o que impede a internalização das habilidades necessárias para promover interações sociais positivas (Lee et al., 2015; Hoffman, 2000), e se a internalização estiver ausente nesse encontro disciplinar, não haverá benefício para o comportamento social posterior das crianças (Hoffman, 1985). À semelhança do que alguma investigação tem revelado em relação ao uso das ED punitivas por parte de pais e professores (e.g., Drayton et al., 2017), também este estudo parece revelar a falta de formação dos profissionais/cuidadores das CA.

No que diz respeito à exploração de diferenças entre os *clusters* relativamente à qualidade das consequências educativas, avaliada pelos investigadores, as “Casas Violadoras

de Direitos” obtiveram pontuações mais negativas em comparação com as. “Casas Punitivas”, evidenciando a consistência entre as avaliações feitas.

O grupo composto por apenas duas CA denominado “Casas Indutivas” (3%) compõe a maior frequência de ED positivas/indutivas na ótica de todos os informantes deste estudo. Partindo do pressuposto, verificado por estudos anteriores, de que o clima afetivo dos pais associa-se a comportamentos positivo das crianças (Altschul et al., 2016), considera-se que as ED indutivas sejam mais prováveis de ocorrer em ambientes/contextos cujo clima social/afetivo seja favorável (Ren & Pope Edwards, 2015). Logo, as CA pertencentes a este grupo parecem promover uma atmosfera equilibrada, nem permissiva, nem autoritária, mas que centra a sua preocupação no zelo pelo respeito e garantia dos direitos fundamentais das crianças acolhidas. Neste cenário prevalecem profissionais que exercem a “parentalidade” de forma positiva, onde a empatia e o vínculo afetivo saudável, aspectos esses que os jovens valorizam nos profissionais (Montserrat & Melendro, 2017), são respostas respeitosas com grande potencial de atender as reais necessidades das crianças nas CA. No que toca aos resultados da análise quantitativa, supõe-se que não se observaram diferenças estatisticamente significativa entre as “Casas Indutivas” em função da qualidade das consequências educativas segundo os investigadores, tendo em vista o constrangimento da frequência obtida nos resultados (apenas duas casas). No entanto, esses resultados se mostraram importantes na medida em que a comparação feita, além de ter sido complementar à análise qualitativa, também foi relevante como mais uma medida de validação dos resultados apresentados na análise de conteúdo.

O grupo “Casas Violadoras de Direitos”, que abrangeu 42% das CA, designado assim porque obteve, segundo todos os informantes, o maior número de ED violadoras de direitos, foi o que menos continham ED positivas, assim como também, foram menos bem avaliadas pelos investigadores no que diz respeito à qualidade da dimensão consequências educativas. Essas CA parecem pretender proceder à mudança de comportamentos não aceitáveis das crianças através de ED coercivas e que englobam maus-tratos físicos, emocionais, de tratamento negligente, e outras formas que resultem em danos reais ou potenciais à saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade de uma criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (WHO, 2006). As consequências dos maus-tratos são diversas e podem impactar as crianças com múltiplos problemas psicológicos e comportamentais na infância, adolescência e idade adulta (Kim et al., 2017). As “Casas Violadoras de Direitos” identificadas no presente estudo, expõem o descumprimento de múltiplos direitos das crianças, esses sendo de necessidade básica de vida, crescimento e desenvolvimentos das crianças acolhidas. Entre

os direitos violados apresentados nos resultados, enfatiza-se o direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento (Art. 6); direito à proteção contra abuso físico ou mental, negligência ou exploração (Art. 19), tortura ou detenção ilegal (Art. 37) não discriminação (Art. 2), o interesse superior da criança (Art. 3), e direitos de participação (Art. 12). Importante salientar que os maus-tratos são associados a inúmeros comportamentos de risco (depressão, comportamentos sexuais de alto risco, consumo de substâncias ilícitas, gravidez indesejada, etc), os quais podem ter consequência a nível de doenças e até a morte (Henaghan, 2017; WHO, 2006).

Muito pouco se sabe sobre as próprias perspectivas das crianças acolhidas no que toca a experiência com os cuidados no AR. Grande parte dos relatórios sobre cuidados institucionais depende dos relatos dos adultos, e as vozes das crianças estiveram claramente ausentes no debate (Rauktis et al., 2011). Infelizmente, dados como estes apresentados acima evidenciam um contexto maltratante, que só foi possível ser exposto porque as vozes das crianças/jovens em situação de AR foram ouvidas, sendo esse fator um dos grandes contributos do estudo.

Verificou-se ainda que os *clusters* não se distinguiram quanto a características individuais dos cuidadores (formação específica e experiência profissional). Estes resultados contrastam com a reduzida investigação disponível. Ao contrário da investigação anterior que mostrou que a formação específica dos cuidadores tinha impacto na redução dos maus-tratos físicos, punições violentas e no aumento de estratégias indutivas em AR (Hermenau, et al. 2011; Hermenau, et al., 2015), , no atual estudo nem o nível de experiência profissional dos cuidadores na área de proteção infantil, nem a sua formação específica tiveram impacto no tipo de ED utilizadas nas CA. Uma razão para este resultado inesperado poderá ser a forma como a variável relativa à experiência profissional foi operacionalizada, ou seja, ao ter como unidade de análise a CA (todos os cuidadores como um só), não se considerou a variabilidade existente entre cuidadores dentro da mesma CA, quanto à experiência profissional e à formação específica. A leitura neste estudo foi realizada a um nível macro (a CA, ou seja, todos os cuidadores em interação com todas as crianças), e não a um nível micro (considerando as interações individuais de cada cuidador com cada criança, dentro de uma mesma CA), o que neste âmbito, e no que diz respeito especificamente a estes resultados, pode constituir uma limitação do estudo. Dito isto, é extremamente necessária uma abordagem educativa que melhore as condições de vida e de trabalho no atendimento em AR, tanto para as crianças quanto para os cuidadores. Tais formações específicas podem ser capazes de contribuir para a mudança dos padrões de punição violenta como prática aceitável de ED nas CA. Importante destacar, que os DT das CA analisadas são os que têm maiores níveis de formação específica, inclusive na área da proteção

a criança. No entanto, os resultados do presente estudo parecem indicar que mesmo com um nível de formação específica mais elevada, os DT não têm noção da realidade face às ED aplicadas nas CA em que trabalham, e aqueles que têm, não parecem levar em consideração essas questões, tendo sido inclusive, identificadas ED excessivamente violadoras de direito em seus discursos na análise qualitativa.

Por fim, foram analisadas associações entre os *clusters* obtidos e as variáveis relativas às próprias CA, como a tipologia (segregada e mista) e supervisão externa, e as diferenças entre os *clusters* quanto o processo de seleção. Os resultados em relação à tipologia das CA mostram uma tendência para as “Casas Punitivas” serem mistas, e as “Casas Violadoras de Direitos” segregadas. De facto, mesmo que os dois grupos identificados de CA utilizem ED coercivas, as casas mistas respondem de forma mais adequada às necessidades das crianças/adolescentes no que diz respeito a normalização (Del Valle et al., 2012), promovendo uma convivência mais “familiar”. Desta forma, supõe-se que as casas mistas se constituem um acolhimento de melhor qualidade, evidenciando menores taxas de ED que violam os direitos das crianças/adolescentes. Opostamente, as “Casas Violadoras de Direitos” são em sua maioria de tipologia segregada, apresentam um alto índice de violações de direitos no âmbito das ED, e ratificam a extrema importância de se realizar mudanças significativas de alteração de tipologia, a fim de que essas mudanças tenham impacto não só quanto às ED, mas que respondam suficientemente as necessidades integrais das crianças/adolescentes em AR.

Não se observaram associações estatisticamente significativas em relação à supervisão externa com os *clusters* obtidos. A literatura mostra que a supervisão constitui um recurso importante de apoio, oportunidade de formação, dinamização da reflexão sobre o trabalho, de desenvolvimento pessoal e de promoção do bem-estar de todos os cuidadores (Byrne & Sias, 2010; Stalker et al., 2007). Nesse sentido, acredita-se que profissionais mais satisfeitos com o trabalho nas CA se sentem mais seguros no trato com as crianças/jovens em AR, e os dilemas e tensões da prática provavelmente serão resolvidos com mais qualidade e eficácia. Notavelmente, as CA analisadas no atual estudo evidenciaram ED aplicadas sem nenhuma compreensão das reais necessidades socio-emocionais-comportamentais das crianças acolhidas, e por isso, ficou tão evidente o despreparo dos cuidadores. Nessa ótica, a supervisão externa é de extrema necessidade no contexto do AR, no apoio a implementação de práticas de cuidado positivas, de qualidade, e que cumpram com direitos das crianças.. Portanto, um apoio que envolva toda a equipa e crianças neste trabalho tão complexo, carece de uma supervisão externa especializada, sendo esta, extremamente valiosa na prevenção de abusos e na promoção

do desenvolvimento profissional dos cuidadores (Bloom & Farragher, 2010; Del Valle et al., 2007).

Não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters* quando se explorou o processo de seleção e recrutamento de cuidadores (controlo de seleção que garante a qualificação, formação, perfil profissional e a aptidão para o trabalho). Como a grande maioria das CA analisadas revelaram o uso de ED punitivas e violadoras, presume-se que o processo de seleção de cuidadores não tem contemplado a dimensão das ED usadas, assim como também, não tem tido em consideração o perfil psicológico. O processo de seleção dos cuidadores das CA precisa abranger características mais específicas e análises de perfis mais compatíveis com o trabalho em AR. Sabe-se que o papel das atitudes e crenças dos cuidadores em relação aos comportamentos das crianças, podem ter impacto no trato com as mesmas, tendo potencial de influenciar profundamente o bem-estar de uma criança (Montserrat & Melendro, 2017). Nesse caso, pesquisas futuras devem focar as relações entre cuidadores nas CA e as crianças sob seus cuidados, analisando as características individuais desses profissionais.

Finalmente, será importante referir algumas limitações do presente estudo, as quais devem ser tidas em conta na leitura dos resultados. Em primeiro lugar, o presente estudo incidiu sobre 60 CA, correspondendo a (66%) do total de CA participantes no EQAR. A esta limitação juntou-se a impossibilidade de execução de alguns testes de igualdade de médias de maior robustez, pelo facto de haver variância zero em algumas variáveis que compuseram os *clusters*. Deve, no entanto, atender-se que se trata de uma amostra importante, superior ao habitual em estudos em AR, e que os procedimentos estatísticos utilizados foram criteriosamente selecionados. Uma outra limitação aos resultados foi a não inclusão do relato de crianças mais novas (menos de 6 anos), evidenciando a necessidade de novos estudos darem voz às crianças nessa faixa etária. De salientar também a possibilidade de a complexidade do tema, com implicações jurídicas sérias, poder ter condicionado as respostas dos cuidadores e DT, não expondo totalmente a realidade das práticas nas CA, na medida em que ficou patente que, em algumas CA, a referência a ED violadoras de direitos surgiu nos relatos das crianças/adolescentes. Alguma desejabilidade social no discurso dos adultos cuidadores pode também configurar uma limitação.

5. Conclusão

O presente estudo pretendeu explorar as ED utilizadas pelos cuidadores em CA em Portugal, a partir do relato de múltiplos informantes. Para além de inovador, o presente estudo é arrojado porque levanta o véu sobre uma realidade que tem sido negligenciada, e põe a descoberto o (des)respeito pelos direitos e dignidade da criança em AR.

Assim como conclusões essenciais do presente estudo salientam-se:

1. O recurso (demasiado) frequente a ED punitivas e violadoras dos direitos da criança em contexto de AR, em Portugal.
2. A consistência do discurso dos diferentes informantes, crianças/adolescentes, cuidadores e DT, permitindo a identificação de grupos de CA caracterizadas por determinado tipo de ED, consistência essa que se revelou congruente com a avaliação da qualidade da dimensão consequências educativas, realizada pelos investigadores no EQAR.
3. A inexistência de relação entre a (des)adequação das práticas educativas em AR e características fundamentais do trabalho em AR, como o processo de seleção/recrutamento dos cuidadores, a formação destes e a existência de supervisão, contrariando investigação anterior que identifica estas variáveis como promotoras de ED positivas e mostrando que estes processos, essenciais na promoção da qualidade do acolhimento, precisam ser revisitados.

Para além de preencher uma lacuna na investigação, o presente estudo forneceu dados relevantes para reflexão sobre as possibilidades de atuação, e melhorias no âmbito das ED, contribuindo para a definição de políticas que visem a implementação consistente de práticas disciplinares positivas em AR. Para além da relevância de práticas baseadas em evidência científica, os resultados do estudo mostram a urgência de investimento na tomada de consciência pública e profissional sobre a temática. A vulnerabilidade que caracteriza as crianças que navegam o sistema de proteção exacerba a responsabilidade social de todas as entidades comprometidas com a segurança, bem-estar e respeito pelos direitos da criança. A mudança é urgente!

Referências

- Adrião, M. C. S., & Teixeira, M. A. C. (2013). *Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: os desafios e o trabalho com a rede de proteção social*. Dissertação [Tese de Mestrado em Gestão e Políticas Públicas não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Altschul, I., Lee, S. J., & Gershoff, E. T. (2016). Hugs, not hits: Warmth and spanking as predictors of child social competence. *Journal of Marriage and Family*, 78(3), 695-714. <https://doi.org/10.1111/jomf.12306>
- Attar-Schwartz, S. (2011). Maltreatment by staff in residential care facilities: The adolescents' perspectives. *Social Service Review*, 85(4), 635–664. <https://doi.org/10.1086/664009>.
- Attar-Schwartz, S. (2014). Experiences of sexual victimization by peers among adolescents in residential care settings. *Social Service Review*, 88(4), 594–629. <https://doi.org/10.1086/679194>
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições 70 Ltda.
- Barros, R. C., & Fiamenghi, G. A. (2007). Interações afetivas de crianças abrigadas: Um estudo etnográfico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1267-1276. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000500024>
- Baumrind, D. (1997). The discipline encounter: Contemporary issues. *Aggression and Violent Behavior*, 2(4), 321-335. [http://dx.doi.org/10.1016/S1359-1789\(97\)00018-9](http://dx.doi.org/10.1016/S1359-1789(97)00018-9)
- Bettmann, J. E., Mortensen, J. M., & Akuoko, K. O. (2015). Orphanage caregivers' perceptions of children's emotional needs. *Children and Youth Services Review*, 49, 71-79. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.01.003>
- Bloom, S. L., & Farragher, B. (2010). *Destroying sanctuary: The crisis in human service delivery systems*. Oxford University Press.
- Bronfenbrenner, U. (2005). *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. Sage.
- Bullock, R., Courtney, M. E., Parker, R., Sinclair, I., & Thoburn, J. (2006). Can the corporate state parent? *Adoption & Fostering*, 30(4), 6–19. <https://doi.org/10.1177/030857590603000403>
- Byrne, A. M., & Sias, S. M. (2010, June). Conceptual application of the discrimination model of clinical supervision for direct care workers in adolescent residential treatment

- settings. In *Child & Youth Care Forum* (Vol. 39, No. 3, pp. 201-209). Springer US.
<https://doi.org/10.1007/s10566-010-9100-z>
- Campos, J., Barbosa-Ducharme, M., Dias, P., & Rodrigues, S. (2019). Saúde mental de crianças e adolescentes portugueses em acolhimento residencial. *Configurações*, 23, 105–122.
<https://doi.org/10.4000/configuracoes.711>
- Carlo, G., Knight, G. P., McGinley, M., & Hayes, R. (2011). The roles of parental inductions, moral emotions, and moral cognitions in prosocial tendencies among Mexican American and European American early adolescents. *The Journal of Early Adolescence*, 31(6), 757-781. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692013000200015>
- Carlos, D. M., Ferriani, M. D. G. C., Silva, M. A. I., Roque, E. M. D. S. T., & Vendruscolo, T. S. (2013). Albergue institucional para proteger a adolescentes vítimas de violencia doméstica:¿ la teoría o la práctica? 1. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 21, 579-585. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692013000200015>
- Carvalho, C. F., Haack, K. R., Razera, J., & Falcke, D. (2016). Qual a percepção de crianças e adolescentes em acolhimento institucional acerca do seu cuidado subjetivo?. *Journal of Child & Adolescent Psychology*, 7(1/2), 333–344. <https://doi.org/10.34628/h855-5h52>
- Castillo, J. T., Sarver, C. M., Bettmann, J. E., Mortensen, J., & Akuoko, K. (2012). Orphanage caregivers' perceptions: The impact of organizational factors on the provision of services to orphans in the Ashanti region of Ghana. *Journal of Children and Poverty*, 18(2), 141-160. <https://doi.org/10.1080/10796126.2012.710484>
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 20-34.
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115013454003>
- Combs-Orme, T., & Cain, D. S. (2008). Predictors of mothers' use of spanking with their infants. *Child Abuse & Neglect*, 32(6), 649-657.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2007.08.006>
- Corval, R., Belsky, J., Baptista, J., Oliveira, P., Mesquita, A., & Soares, I. (2017). Inhibited attachment disordered behavior in institutionalized preschool children: links with early and current relational experiences. *Attachment & Human Development*, 19(6), 598-612.
<https://doi.org/10.1080/14616734.2017.1342172>

- Costa, M., Melim, B., Tagliabue, S., Mota, C. P., & Matos, P. M. (2020). Predictors of the quality of the relationship with caregivers in residential care. *Children & Youth Services Review*, 108. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.104579>
- Costa, M., Mota, C. P., & Matos, P. M. (2019). Predictors of psychosocial adjustment in adolescents in residential care: A systematic review. *Child Care in Practice*, 27(4), 1-30. <https://doi.org/10.1080/13575279.2019.1680533>
- Cruz, O. (2013). *Parentalidade*. Livpsic.
- Dadds, M. R., & Tully, L. A. (2019). What is it to discipline a child: What should it be? A reanalysis of time-out from the perspective of child mental health, attachment, and trauma. *American Psychologist*, 74(7), 794–808. <https://doi.org/10.1037/amp0000449>
- Del Valle, J. F., López, M., & Bravo, A. (2007). Job stress and burnout in residential child care workers in Spain. *Psicothema*, 19(4), 610–615. <https://reunido.uniovi.es/index.php/PST/article/view/8524>
- Del Valle, J. F., Bravo, A., Martínez, M., & Santos, I. (2012). *Equar: Estándares de calidad en acogimiento residencial*. Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad.
- Drayton, A. K., Byrd, M. R., Albright, J. J., Nelson, E. M., Andersen, M. N., & Morris, N. K. (2017). Deconstructing the time-out: What do mothers understand about a common disciplinary procedure?. *Child & Family Behavior Therapy*, 39(2), 91-107. <https://doi.org/10.1080/07317107.2017.1307677>
- Eisenberg, N., & Fabes, R. A. (1998). Prosocial development. In W. Damon & N. Eisenberg (Ed.), *Handbook of child psychology: Social, emotional, and personality development* (pp. 701–778). John Wiley & Sons, Inc. <https://doi.org/10.1002/9781118963418.childpsy315>
- Equipa EQAR (2018). *Versão revista do ARQUA-P: Sistema Compreensivo de Avaliação da Qualidade do Acolhimento Residencial Português*. Instrumento não publicado
- Gearing, R. E., Schwalbe, C. S. J., MacKenzie, M. J., Brewer, K. B., & Ibrahim, R. W. (2015). Assessment of adolescent mental health and behavioral problems in institutional care: Discrepancies between staff-reported CBCL scores and adolescent-reported YSR scores. *Administration and Policy in Mental Health and Mental Health Services Research*, 42(3), 279–287. <https://doi.org/10.1007/s10488-014-0568-y>
- Gershoff, E. T., Sattler, K. M., & Ansari, A. (2018). Strengthening causal estimates for links between spanking and children's externalizing behavior problems. *Psychological Science*, 29(1), 110-120. <https://doi.org/10.1177/0956797617729816>

- Granic, I., & Patterson, G. R. (2006). Toward a comprehensive model of antisocial development: A dynamic systems approach. *Psychological Review*, 113(1), 101–131.
<https://doi.org/10.1037/0033-295X.113.1.101>
- Groza, V., Bunkers, K. M., & Gamer, G. (2011). Ideal components and current characteristics of alternative care options for children outside of parental care. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 76(4), 163–189.
<https://doi.org/10.1111/j.1540-5834.2011.00632.x>
- Henaghan, M. (2017). Article 12 of the un Convention on the Rights of Children. *International Journal of Children's Rights*, 25(2), 537–552.
<https://doi.org/10.1163/15718182-02502012>
- Hermenau, K., Hecker, T., Ruf, M., Schauer, E., Elbert, T., & Schauer, M. (2011). Childhood adversity, mental ill-health and aggressive behavior in an African orphanage: Changes in response to trauma-focused therapy and the implementation of a new instructional system. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 5(1), 1-9.
<https://doi.org/10.1186/1753-2000-5-29>
- Hermenau, K., Kaltenbach, E., Mkinga, G., & Hecker, T. (2015). Improving care quality and preventing maltreatment in institutional care—a feasibility study with caregivers. *Frontiers in Psychology*, 6, 937. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.00937>
- Hoffman, M. L. (1985). Affective and cognitive processes in moral internalization: An information processing approach. In E. T. Higgins, D. N. Ruble, & W. W. Hartup (Eds.), *Social cognition and social development: A socio-cultural perspective* (pp. 236–274). Cambridge University Press.
- Hoffman, M. L. (2000). *Empathy and moral development: Implications for caring and justice*. Cambridge University Press.
- Holden, G. W., Ashraf, R., Brannan, E., & Baker, P. (2016). The emergence of “positive parenting” as a revived paradigm: Theory, processes, and evidence. In D. Narvaez, J. M. Braungart-Rieker, L. E. Miller-Graff, L. T. Gettler, & P. D. Hastings (Eds.), *Contexts for young child flourishing: Evolution, family, and society* (pp. 201–214). Oxford University Press.
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780190237790.003.0010>
- Horwath, J. (2000). Childcare with gloves on: Protecting children and young people in residential care. *British Journal of Social Work*, 30(2), 179–191.
<https://doi.org/10.1093/bjsw/30.2.179>

- IBM Corp. Released 2020. *IBM SPSS Statistics for Windows*, Version 27.0. IBM Corporation.
- Instituto da Segurança Social, Instituto Público. (ISS, IP, 2020). *CASA-2019. Relatório de caracterização anual da situação do acolhimento das crianças e jovens*. <https://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=CASA>
- Kaminski, J. W., & Claussen, A. H. (2017). Evidence base update for psychosocial treatments for disruptive behaviors in children. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 46(4), 477-499. <https://doi.org/10.1080/15374416.2017.1310044>
- Kim, S., & Kochanska, G. (2015). Mothers' power assertion; Children's negative, adversarial orientation; And future behavior problems in low-income families: Early maternal responsiveness as a moderator of the developmental cascade. *Journal of Family Psychology*, 29(1), 1-9. <https://doi.org/10.1037/a0038430>
- Kim, H., Wildeman, C., Jonson-Reid, M., & Drake, B. (2017). Lifetime prevalence of investigating child maltreatment among US children. *American Journal of Public Health*, 107(2), 274-280. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2016.303545>
- Konstantopoulou, F., & Mantziou, I. (2020). Maltreatment in residential child protection care: A review of the literature. *Dialogues in Clinical Neuroscience & Mental Health*, 3(2), 99-108. <https://doi.org/10.26386/obrela.v3i2.171>
- Lansford, J. E., Godwin, J., Uribe Tirado, L. M., Zelli, A., Al-Hassan, S. M., Bacchini, D., Bomb, A. S., Bornstein, M. H., Chang, L., Deater-Deckard, K., Giunta, L. D., Dodge, K. A., Malone, P. S., Oburu, P., Pastorell, C., Skinner, A. T., Sorbring, E., Tapanya, S., & Alampay, L. P. (2015). Individual, family, and culture level contributions to child physical abuse and neglect: A longitudinal study in nine countries. *Development & Psychopathology*, 27(4pt2), 1417-1428. <https://doi.org/10.1017/S095457941500084X>
- Lee, S. J., Altschul, I., & Gershoff, E. T. (2015). Wait until your father gets home? Mother's and fathers' spanking and development of child aggression. *Children and Youth Services Review*, 52, 158-166. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2014.11.006>
- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) quarta alteração da Lei 147/99 de 1 de setembro, pela redação que lhe dá a Lei nº 26/2018 de 5 julho.
- Leipoldt, J. D., Harder, A. T., Kaye, N. S., Grietens, H., & Rimehaug, T. (2019). Determinants and outcomes of social climate in therapeutic residential youth care: A systematic review. *Children and Youth Services Review*, 99, 429-440. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.02.010>

- Lino, A. M., & Lima, L. N. (2017). Emotional dysregulation as a predictor of peer attachment perceptions of adolescents in residential care. *Psychologica*, 60(1), 53–69.
https://doi.org/10.14195/1647-8606_60-1_4
- Mackenbach, J. D., Ringoot, A. P., van der Ende, J., Verhulst, F. C., Jaddoe, V. W. V., Hofman, A., Jansen, P. W., & Tiemeier, H. W. (2014). Exploring the relation of harsh parental discipline with child emotional and behavioral problems by using multiple informants. The Generation R Study. *PLoS ONE*, 9(8), 1–9.
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0104793>
- Maneiro, L., Gómez-Fraguela, J. A., López-Romero, L., Cutrín, O., & Sobral, J. (2019). Risk profiles for antisocial behavior in adolescents placed in residential care. *Children and Youth Services Review*, 103, 278–286. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.06.012>
- McWey, L. M., Acock, A., & Porter, B. E. (2010). The impact of continued contact with biological parents upon the mental health of children in foster care. *Children & Youth Services Review*, 32(10), 1338–1345. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2010.05.003>
- McWey, L. M., & Cui, M. (2017). Parent–child contact for youth in foster care: Research to inform practice. *Family Relations*, 66(4), 684–695. <https://doi.org/10.1111/fare.12276>
- Mersky, J. P., & Janczewski, C. (2013). Adult well-being of foster care alumni: Comparisons to other child welfare recipients and a non-child welfare sample in a high-risk, urban setting. *Children and Youth Services Review*, 35(3), 367–376.
<https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2012.11.016>
- Montserrat, C., & Melendro, M. (2017). ¿Qué habilidades y competencias se valoran de los profesionales que trabajan con adolescencia en riesgo de exclusión social? Análisis desde la acción socioeducativa. *Educación XX1*, 20(2), 113–135.
<https://doi.org/10.5944/educXX1.13667>
- Mota, C., & Matos, P. (2015). Adolescents in institutional care: Significant adults, resilience and well-being. *Child & Youth Care Forum*, 44(2), 209–224.
<https://doi.org/10.1007/s10566-014-9278-6>
- Pace, G. T., Lee, S. J., & Grogan-Kaylor, A. (2019). Spanking and young children's socioemotional development in low-and middle-income countries. *Child Abuse & Neglect*, 88, 84–95. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.11.003>
- Patrick, R. B., & Gibbs, J. C. (2012). Inductive discipline, parental expression of disappointed expectations, and moral identity in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 41(8), 973–983. <http://dx.doi.org/10.1007/s10964-011-9698-7>

- Rauktis, M. E., Fusco, R. A., Cahalane, H., Bennett, I. K., & Reinhart, S. M. (2011). “Try to make it seem like we’re regular kids”: Youth perceptions of restrictiveness in out-of-home care. *Children and Youth Services Review*, 33(7), 1224–1233. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.02.012>
- Readdick, C. A., & Chapman, P. L. (2000). Young children's perceptions of time out. *Journal of Research in Childhood Education*, 15(1), 81-87. <https://doi.org/10.1080/02568540009594777>
- Ren, L., & Pope Edwards, C. (2015). Pathways of influence: Chinese parents' expectations, parenting styles, and child social competence. *Early Child Development and Care*, 185(4), 614-630. <https://doi.org/10.1080/03004430.2014.944908>
- Rodrigues, S., Barbosa-Ducharne, M., & Del Valle, J. F. (2015). *ARQUA-P: Sistema Compreensivo de Avaliação da Qualidade do Acolhimento Residencial Português®*. Registo 2650/2015. Secretaria de Estado da Cultura, Inspeção-Geral das Atividades Culturais - Direção de Serviços de de Propriedade Intelectual.
- Ruiz-Ortiz, R., Braza, P., Carreras, R., & Muñoz, J. M. (2017). Differential effects of mother’s and father’s parenting on prosocial and antisocial behavior: Child sex moderating. *Journal of Child and Family Studies*, 26(8), 2182–2190. <http://dx.doi.org/10.1007/s10826-017-0726-4>.
- Ryan, R. M., Kalil, A., Ziol-Guest, K. M., & Padilla, C. (2016). Socioeconomic gaps in parents’ discipline strategies from 1988 to 2011. *Pediatrics*, 138(6). <http://dx.doi.org/10.1542/peds.2016-0720>
- Sanders, M. R., Kirby, J. N., Tellegen, C. L., & Day, J. J. (2014). The Triple P-Positive Parenting Program: A systematic review and meta-analysis of a multi-level system of parenting support. *Clinical Psychology Review*, 34(4), 337-357. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2014.04.003>
- Sege, R. D., & Siegel, B. S. (2018). Effective discipline to raise healthy children. *Pediatrics*, 142(6), 1–10. <https://doi.org/10.1542/peds.2018-3112>
- Seng, A. C., & Prinz, R. J. (2008). Parents who abuse: What are they thinking? *Clinical Child and Family Psychology Review*, 11(4), 163–175. <https://doi.org/10.1007/s10567-008-0035-y>
- Siegel, D. J., & Bryson, T. P. (2016). *No-drama discipline: The whole-brain way to calm the chaos and nurture your child’s developing mind*. Bantam books. <http://dspace.vnbrims.org:13000/xmlui/handle/123456789/4854>

- Souverein, F. A., van der Helm, G. H. P., & Stams, G. J. J. M. (2013). “Nothing works” in secure residential youth care? *Children and Youth Services Review*, 35(12), 1941–1945. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2013.09.010>
- Stalker, C. A., Mandell, D., Frensch, K. M., Harvey, C., & Wright, M. (2007). Child welfare workers who are exhausted yet satisfied with their jobs: How do they do it?. *Child & Family Social Work*, 12(2), 182-191. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2006.00472.x>
- Straus, M. A. (2000). Corporal punishment and primary prevention of physical abuse. *Child Abuse & Neglect*, 24(9), 1109–1114. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(00\)00180-0](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(00)00180-0)
- Sturge-Apple, M. L., Davies, P. T., & Cummings, E. M. (2006). Impact of hostility and withdrawal in interparental conflict on parental emotional unavailability and children's adjustment difficulties. *Child development*, 77(6), 1623-1641. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2006.00963.x>
- Tompkins, V., & Villaruel, E. (2020). Parent discipline and pre-schoolers’ social skills. *Early Child Development & Care*, 191(12), 1–15. <https://doi.org/10.1080/03004430.2020.1763978>
- United Nations Children’s Fund. (2020). *A familiar face: Violence in the lives of children and adolescents*. https://www.unicef.org/publications/files/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf
- United Nations Committee on the Rights of the Child (CRC). (2007, March 2). *CRC General Comment No. 8 (2006): The right of the child to protection from corporal punishment and other cruel or degrading forms of punishment (U.N. CRC/C/GC/8)*. <http://www.refworld.org/docid/460bc7772.html>
- van IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., Duschinsky, R., Fox, N. A., Goldman, P. S., Gunnar, M. R., Johnson, D. E., Nelson, C. A., Reijman, S., Skinner, G. C. M., Zeanah, C. H., & Sonuga-Barke, E. J. S. (2020). Institutionalisation and deinstitutionalisation of children: 1 A systematic and integrative review of evidence regarding effects on development. *The Lancet Psychiatry*, 7(8), 703–720. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(19\)30399-2](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(19)30399-2)
- van IJzendoorn, M. H., Palacios, J., Sonuga, B. E. J. S., Gunnar, M. R., Vorria, P., McCall, R. B., Le Mare, L., Bakermans, K. M. J., Dobrova, K. N. A., & Juffer, F. (2011). Children without permanent parents: Research, practice, and policy: I Children in institutional

- care: Delayed development and resilience. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 76(4), 8–30. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5834.2011.00626.x>
- Ward, K. P., Lee, S. J., Limb, G. E., & Grogan-Kaylor, A. C. (2021). Physical punishment and child externalizing behavior: Comparing American Indian, White, and African American children. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(17/18), NP9885-NP9907. <https://doi.org/10.1177/0886260519861678>
- Weissman, R. (2004). Social work selection. *Child & Adolescent Mental Health*, 9(3), 139–142. <https://doi.org/10.1111/j.1475-3588.2004.00094.1.x>
- World Health Organization. (WHO, 2006). *Preventing child maltreatment. A guide to take action and generating evidence*. http://www.who.int/violence_injury_prevention/publications/violence/child_maltreatment/en/index.html.
- World Health Organization. (WHO, 2020). *Child maltreatment*. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/child-maltreatment>
- Yampolskaya, S., Chuang, E., & Walker, C. (2019). Trajectories of substance use among child welfare-involved youth: Longitudinal associations with child maltreatment history and emotional/behavior problems. *Substance Use & Misuse*, 54(3), 437-448. <https://doi.org/10.1080/10826084.2018.1504079>
- Yoon, S. (2017). Child maltreatment characteristics as predictors of heterogeneity in internalizing symptom trajectories among children in the child welfare system. *Child Abuse & Neglect*, 72, 247-257. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.08.022>
- Zegers, M. A. M., Schuengel, C., van IJzendoorn, M. H., & Janssens, J. M. A. M. (2008). Attachment and problem behavior of adolescents during residential treatment. *Attachment & Human Development*, 10(1), 91–103. <https://doi.org/10.1080/14616730701868621>

Tabela 1

Sistema de Categorias e Subcategorias (N = 750)

Estratégias punitivas e baseadas na afirmação do poder	Subcategoria	Conceitos norteadores	Excertos
Punição baseada na afirmação do poder parental, recorrendo à imposição da autoridade como o intuito de modificar o comportamento da criança.	Retirada/"congelamento" parcial de dinheiro de bolso	Representa a retirada parcial da semanada e também quando é apenas congelada em algum momento específico, podendo a criança ter acesso depois.	"A mesada fica congelada, mas não é retirada" (11.148.EC13); "Cortes na mesada, mas nunca retirada totalmente" (08.117.LAMG);
	Retirada/diminuição de atividades extracurriculares	Caracteriza a retirada ou diminuição da prática de atividades extracurriculares (coletivas e individuais), tais como desporto, artes, oficinas, entre outras.	"Se o jovem pratica desporto é lhe retirado a oportunidade de participar" (13.222.EC10); "Não ir ao karaté" (11.151.C07); "A nível de atividades extracurriculares, é outra área sagrada, só em casos extremos" (20.359.LAXP);
	Imposição de comportamentos avulsos	Se refere a ação de impor comportamentos isolados e desconectados do contexto. São imposições que envolvem práticas diversas, que causem desconforto na criança.	"Dar voltas à casa" (11.149.EC09); "Comer peixe cozido" (11.148.C04); "Ser o primeiro a tomar banho durante uma semana" (15.270.DT);

Retirada de atividades lúdicas/lazer	Consiste na retirada de atividades prazerosas, seja para repousar, divertir-se, recrear-se e entreter-se, através de jogos, música, dança e brincadeiras diversas.	“Privar os jovens de ir ao parque” (13.246.EC6); “Fim de semana sem brincar” (05.066.C09);
Acréscimo de tarefas domésticas	Está relacionado com a atribuição de tarefas domésticas às crianças. Tais tarefas poderão ser realizadas com o acompanhamento dos adultos, em conjunto com outras crianças ou sozinha (ex. lavar a louça, ajudar na preparação de alimentos, fazer compras, entre outras).	“Ficam de serviço ao refeitório” (06.092.EC4); “Alguns trabalhos de manutenção” (02.022.EC10); “Com mais tarefas, pôr a mesa, levantar a mesa, limpar a casa de banho, lavar a louça” (20.358.DT);
Retirada de objetos desejados	Consiste em retirar temporariamente algum objeto que a criança valorize. Objeto esse que pode ser de uso pessoal ou comum a todos (ex. telemóvel, computador, televisão, etc).	“Retirar os fones ao mais velhos” (11.151.EC11); “Privação do uso do telemóvel, televisão, computador” (01.394.EC3); “Cada falta nas aulas um dia sem telemóvel” (07.099.DT);
Acréscimo de tarefas escolares	Está relacionado com o aumento exagerado das tarefas escolares e/ou tempo de estudo.	“Mais tempo de estudo” (09.125.EC18); “Ir todas as semanas à explicação” (18.308.C08); “Trabalhos escolares extra” (11.176.EC14);
Retirada de saídas livres	Denota a inibição de passeios (individuais ou coletivos) por diversão, distração, entretenimento, entre outros. Tais práticas podem	“Não ir a uma saída com os outros” (13.194.EC3); “Inibição de saídas” (18.313.DT);

	incluir saídas com os amigos, namorados e familiares.	“Não poderem ter saídas livres” (10.132.2.C05);
Retirada algo que gostem	Consiste em privar a criança temporariamente de alguma coisa que prefere ou deseja, além das necessidades básicas. Pode ser um objeto, uma comida, um passeio, uma atividade, etc.	“Tento tirar a cada um algo que goste” (20.366.DT); “Ficar sem o que mais gostamos” (03.050.C06); “Retirar-lhes todas as coisas que os jovens gostam” (13.222.EC10);
Retirada de privilégios	Constitui a retirada de privilégios e condições gratificantes, as quais foram permitidas às crianças em algum momento (ex. poder ir para cama um pouco mais tarde, não ter direito a alguma regalia específica, etc) O número de privilégios retirados e o tempo pelo qual são retirados variam.	“Não ter o doce à noite antes de dormir” (14.259.C07); “Retirar algumas regalias” (11.153.EC13); “Quem vai à escola, quem cumpre e faz tudo corretamente, vai à feira. Quem não cumpre vai na mesma mas acompanhado pelo educador” (02.022.DT);
Castigos coletivos	Representa a punição aplicada a todo um grupo de crianças, em razão da conduta de uma ou mais crianças desse grupo, com base na generalização da culpa.	“Não fazer pipocas, castigo coletivo” (06.080.EC7); “Castigos coletivos” (15.280.C01);
Dormir mais cedo	Envolve o ato de ir dormir antes do horário normal cotidianamente.	“Ir mais cedo para a cama” (10.130.C12); “Deitar mais cedo” (09.123.EC2);
Queixa à polícia	Corresponde a apresentação de uma queixa, reclamação ou denúncia à polícia.	“Tentamos que se acalmem no quarto se não conseguirmos chamamos a GNR” (17.299.DT);

Estratégias punitivas e baseadas na retirada de afeto	Time in ^a	Caracteriza um momento de acolhimento onde as crianças são trazidas para perto, ao invés de provocar afastamento.	“Chamam a polícia” (11.182.C11); “Queixa à polícia em casos muito graves” (13.197.2.EC7); “Acompanhar a funcionária durante um dia” (20.366.C07); “Ficar sentado à minha beira no refeitório” (01.394.EC15); “Podem ir para o lar para a beira dos funcionários”; (13.246.C39);
Punição baseada na omissão, caracterizada pelo distanciar da atenção ou afeto parental à criança. Pelo fato de também se basear no uso do poder parental, são muitas vezes incluídas nas técnicas de afirmação do poder.	Isolamento temporário	Consiste em isolar a criança em um lugar afastado e/ou não permitir que a criança esteja presente em momentos coletivos com outras crianças.	“Não comem juntamente com os outros (comem a seguir - esta é das coisas que eles mais sentem)” (15.287.DT); “Ir para as escadas” (13.200.C04);
	Ignorar o comportamento	Operacionaliza-se na atenção seletiva e em ignorar os comportamentos disruptivos na tentativa de os minimizar.	“Modelar, ignorar comportamentos” (13.194.EC11);
	Time out	Consiste em enviar a criança para um local isolado ou espaço predefinido para esse efeito onde permanece o tempo suficiente para se acalmar ou perceber que se portou mal. Geralmente equivale-se o número de minutos dessa pausa à idade da criança.	“Normalmente é retirar a criança do contexto, sentá-la num espaço mais tranquilo, deixá-la acalmar-se” (07.098.DT);

“Ir para um banco no corredor sozinha, a pensar na maldade que fez” (14.258.C07);

Estratégias punitivas e que violam os direitos, baseadas na apropriação indevida de bens

Punição baseada na apropriação total e por um longo período de tempo de algo que é de direito da criança. As estratégias disciplinares incluídas nesta categoria se configuram como uma violação dos direitos.

Retirada total de dinheiro do bolso

Apropriação indevida de objetos pessoais^b

Configura a retirada total da semanada da criança. Assim sendo, uma violação dos direitos da criança e do jovem em acolhimento residencial.

Representa a apropriação ilegítima de coisa alheia. O adulto na intenção de punir a criança, tira-lhe totalmente o acesso a bens pessoais diversos por um longo período de tempo.

“Ficar sem semanada” (05.071.DT);
“Retirar o valor da semanada” (09.123.EC10);

“Não ter a roupa com ele” (14.265.C5);
“Fiquei sem o meu telemóvel seis meses” (18.308.C08);
“Ficar sem o tablet (ficou sem ele um ano e 5 meses)” (09.125.C4);

Estratégias punitivas e que violam os direitos, baseadas em maus-tratos físicos

Punição baseada em abusos que incidem sobre o corpo da criança,

Privação da liberdade

As privações da liberdade consistem em comportamentos destinados a impedir a deslocação da criança, forçando-a a permanecer

“Ficar fechado no refeitório sem atividades (um mês)” (01.394.C02);

recorrendo ao uso intencional de ações contra a criança que resulta em dano à saúde, sobrevivência, desenvolvimento e dignidade. As estratégias disciplinares incluídas nesta categoria se configuram como uma violação dos direitos.	Privação alimentar	num determinado local, comprometendo, assim, o seu bem-estar e desenvolvimento equilibrado. Está relacionada com a negligência física, enquanto privação de recursos necessários e socialmente disponíveis à criança. Nesse sentido, o adulto deliberadamente ou maliciosamente deixa de suprir as necessidades de alimentação da criança.	“Ficar de castigo no quarto uma semana” (20.358.C02); “Fiquei sem comer porque não me acordaram, não janto nada se chegar tarde” (02.022.C27); “Podem ficar sem comida por vezes” (01.394.EC3); “Já houve colegas a comer pão e água, ficar sem cear” (0692.C22);
	Punição física	Todo o ato cometido que pressupõe contacto físico do qual resultam danos físicos na criança com o objetivo de ferir, deixando ou não marcas evidentes, tais como, beliscões, puxões de orelha, tapas, etc.	“Palmadas na cara” (05.066.C11); “Puxam as orelhas” (05.071.C5); “Bater, só batem quando necessário, deram um soco a uns rapazes que tinham droga e me deram” (16.298.C01);
	Sobrecarga exagerada de tarefas	Caracteriza um tipo de maltrato no âmbito do trabalho infantil. Como sendo um conjunto de atividades desenvolvidas por crianças que se consideram ter efeitos negativos na saúde, educação e normal desenvolvimento da mesma.	“Há uma cuidadora que mandou um menino de sete anos lavar o chão; esta cuidadora manda arrumar a casa, limpar o chão, aspirar” (11.149.C11); “Lavar a loiça, três meses” (08.117.C07);

Estratégias punitivas e que violam os direitos, baseadas em maus-tratos emocionais

Padrão repetido ou incidente (s) extremo (s) de comportamento do cuidador que viola o desenvolvimento psicológico da criança (por exemplo, segurança, socialização, apoio emocional e social, estimulação cognitiva, respeito) e transmitir que a criança é inútil, defeituosa, danificada, não amada, dispensável

Maltrato psicológico

Engloba os aspetos afetivos e cognitivos do mau trato, abrangendo todas as áreas do desenvolvimento psicológico da criança, tais como o “rejeitar, aterrorizar, isolar, explorar, depreciar ou ridicularizar” a criança. Inclui as críticas destrutivas, a ameaça de abandono, as humilhações, etc.

“Ficar no quarto de banho sentado com a porta fechada e com a luz desligada” (13.246.C32);
 “Podemos ameaçar que a família não vem visitar, mas não fazemos isso” (06.080.EC8);
 “Ameaçam que me mandam embora daqui” (07.102.C03);

Maltrato verbal

Utilização de linguagem imprópria com o objetivo de insultar/desrespeitar a criança (ex. utilização de expressões menos adequadas com conotações ofensivas e desrespeitosas, gritos).

“Mandam bocas, criticar-nos” (14.257.C16);
 “Berram, gritam” (05.066.C119);
 “Berros” (20.358.EC07);

Privação social e dos contactos familiares	Denota uma violação dos direitos das crianças e jovens em acolhimento residencial, em que ocorre a privação da manutenção regular e de contatos pessoais com a família de origem e/ou com as pessoas com quem tenha especial relação afetiva.	“Suspendemos os fins de semana e idas a casa, e encurtamos as férias” (17.302.DT); “Não ir a casa nas férias por aproveitamento” (14.257.EC69; “Tive que deixar de fumar ganza porque proibem de ir a casa” (01.394.C06);
Privação do direito da participação	Consiste em não garantir à criança, com capacidade de discernimento, o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe dizem respeito, de serem tomadas em consideração as suas opiniões na resolução dos problemas que a afetam, de acordo com a sua idade e maturidade.	“Não têm voz ativa na escolha de determinados assuntos” (15.287.DT);
Constrangimento/humilhação	Ação ativa ou passiva em que alguém humilha, rebaixa, desdenha e/ou diminui o valor de outra pessoa. Nessa direção, uma situação moralmente desconfortável e vexatória.	“Levam-nas na carrinha porque elas detestam que os adultos as levem” (10.132.2.EC2);

Estratégias positivas e baseadas na indução

Práticas que proporcionam a reflexão da criança e a compreensão de forma adequada as instruções que lhe são direcionadas por	Atividade de reflexão	Realização de atividades que incentivem a reflexão e o debate em relação à postura acerca de si próprio. Tal atividade que pode ser realizada em grande grupo ou individualmente, pretende proporcionar a observação, análise e	“Conversa; realização de um trabalho sobre a situação” (10.132.2.EC3);
--	-----------------------	---	--

meio da persuasão e explicação.

interpretação das emoções, sentimentos e avaliação das próprias ações.

“Desrespeito com os colegas ou adultos fazem uma reflexão” (11.148.EC129);

Diálogo reflexivo

Revela um diálogo/conversa que estabelece uma relação horizontal de troca entre duas pessoas na qual haja a possibilidade de análise de experiências vividas e reflexão das ações.

“Conversar e explicar que aquele comportamento não pode acontecer” (07.098.DT);
“pensar no que fez com o educador” (11.149.EC02);
“diálogo de reflexão com a criança” (11.151.EC4);

Pedir desculpas

Denota o ato de reconhecer um erro e se retratar. É uma forma de expressão de arrependimento por algo que feito e a intenção de consertar.

“A medida que ia oferecendo as cuecas ia pedindo desculpa individualmente” (14.262.DT);
“Dar beijinho e pedir desculpa” (13.200.EC2);

Reparação/compensação positiva dos danos

Representa equilibrar uma situação através de ações positivas de modo a neutralizar os resultados de algum ato negativo, restituindo o dano ou o mal efetuado a outro indivíduo.

“Fazer uma coisa para deixar o amigo feliz” (11.149.EC10);
“Uma coisa mal, têm que compensar com 5 coisas boas” (13.199.EC7);
“Apenas no caso de dano de material propositadamente descontamos metade da semanada” (11.149.EC05);^c

Nota. A identificação dos participantes foi codificada e é indicada na tabela por números e letras entre parênteses após cada excerto.

^a O Time in é uma estratégia disciplinar que também pode ser incluída nas práticas disciplinares positivas quando esta é utilizada para que a criança tenha a presença acolhedora do adulto para ajudá-la a regular o comportamento inadequado. No entanto, no contexto das respostas das crianças analisadas no presente estudo, essa estratégia foi percebida como forma de punição/castigo.

^b A subcategoria “Apropriação indevida de objetos pessoais” distingue-se da subcategoria “Retirada de objetos desejados”, na medida em que a primeira representa uma violação de direitos, de acordo com a forma e intensidade da prática cometida.

^c Neste excerto houve uma retirada parcial do dinheiro de bolso, mas no contexto da resposta dada pelo participante a estratégia foi aplicada de forma contextualizada e não arbitrária, por isso está incluída do âmbito das estratégias positivas, diferenciando-se, portanto, da subcategoria “Retirada/”congelamento” parcial de dinheiro de bolso”.

Tabela 2

Estratégias Punitivas e Baseadas na Afirmação do Poder: Dados Descritivos por Informante

Subcategoria	Criança		Cuidador		Diretor		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	% ^a
Retirada/”congelamento” parcial dinheiro de bolso	11	26.2	27	64.3	4	9.5	42	5.6
Retirada/diminuição de atividades extracurriculares	42	48.3	38	43.7	7	8.0	87	11.6
Imposição de comportamentos avulsos	29	58.0	18	36.0	3	6.0	50	6.7
Retirada de atividades lúdicas/lazer	18	48.6	16	43.2	3	8.1	37	4.9
Acréscimo de tarefas domésticas	142	56.3	104	38.5	14	5.2	270	36.0
Retirada de objetos desejados	233	54.6	170	39.8	24	5.6	427	56.9
Acréscimo de tarefas escolares	8	47.1	9	52.9	—	—	17	1.2
Retirada de saídas livres	87	46.8	84	45.2	15	8.1	186	24.8
Retirada de algo que gostem	4	23.5	12	70.6	1	5.9	17	2.3
Retirada de privilégios	11	47.8	11	47.8	1	4.3	23	3.1
Castigos coletivos	6	85.7	1	14.3	—	—	7	0.9
Dormir mais cedo	96	52.2	78	42.4	10	5.4	184	24.7
Queixa a polícia	2	40.0	1	20.0	2	40.0	5	0.7
Time in	2	40.0	3	60.0	—	—	5	0.7

^a Percentagem em relação ao número total de participantes do estudo ($N = 750$).

Tabela 3*Estratégias Punitivas e Baseadas na Retirada de Afeto: Dados Descritivos por Informante*

Subcategoria	Criança		Cuidador		Diretor		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	% ^a
Isolamento temporário	80	67.8	35	29.7	3	2.5	118	15.7
Ignorar o comportamento	—	—	2	100.0	—	—	2	0.3
Time out	6	13.0	34	74.0	6	13.0	46	6.1

^a Percentagem em relação ao número total de participantes do estudo ($N = 750$).

Tabela 4*Estratégias Punitivas e que Violam os Direitos Baseadas em Maus-tratos Físicos: Dados**Descritivos por Informante*

Subcategoria	Criança		Cuidador		Diretor		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	% ^a
Privação da liberdade	26	100.0	—	—	—	—	26	3.5
Privação alimentar	46	88.5	6	11.5	—	—	52	6.9
Punição física	23	100.0	—	—	—	—	23	3.1
Sobrecarga exagerada de tarefas	33	78.6	8	19.0	1	2.4	42	5.6

^a Percentagem em relação ao número total de participantes do estudo (*N*= 750).

Tabela 5*Estratégias Punitivas e que Violam os Direitos Baseadas em Maus-tratos Emocionais:**Dados Descritivos por Informantes*

Subcategoria	Criança		Cuidador		Diretor		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	% ^a
Maltrato psicológico	11	91.7	1	8.3	—	—	12	1.6
Maltrato verbal	3	75.0	1	25.0	—	—	4	0.5
Privação social e dos contactos familiares	143	67.8	53	25.1	15	7.1	211	28.1
Privação do direito da participação	—	—	—	—	1	100.0	1	0.1
Constrangimento/humilhação	2	50.0	2	50.0	—	—	4	0.5

^a Percentagem em relação ao número total de participantes do estudo (*N* = 750).

Tabela 6

Estratégias Punitivas e que Violam os Direitos Baseadas na Apropriação Indevida de Bens: Dados Descritivos por Informantes

Subcategoria	Criança		Cuidador		Diretor		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	% ^a
Retirada total de dinheiro do bolso	93	62.4	46	30.9	10	6.7	149	19.9
Apropriação indevida de objetos pessoais	10	83.4	1	8.3	1	8.3	12	1.6

^a Percentagem em relação ao número total de participantes do estudo ($N = 750$).

Tabela 7*Estratégias Positivas e Baseadas na Indução: Dados Descritivos por Informantes*

Subcategoria	Criança		Cuidador		Diretor		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	% ^a
Reparação/compensação positiva dos danos	—	—	7	70.0	3	30.0	10	1.3
Atividade de reflexão	—	—	3	100.0	—	—	3	0.4
Diálogo reflexivo	—	—	9	90.0	1	10.0	10	1.3
Pedir desculpas	2	16.7	9	75.0	1	8.3	12	1.6

^a Percentagem em relação ao número total de participantes do estudo ($n = 750$).

Tabela 8

Resultados Descritivos das Variáveis que Incluem as Estratégias Disciplinares em Função de Cada um dos Informantes e Diferenças entre Clusters

	Total (<i>N</i> = 60)	Clusters A (<i>n</i> = 33)	Clusters B (<i>n</i> = 2)	Clusters C (<i>n</i> = 25)	<i>F</i> (2,59)	<i>p</i>	η_p^2
	<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>M</i> (<i>DP</i>)			
Estratégias Positivas e Baseadas na Indução – Diretor ^d	0.09(0.33)	0.09(0.29) ^a	1.00(1.41) ^a	0.00(0.00) ^a	11.22	< .001	0.28
Estratégias Positivas e Baseadas na Indução – Crianças ^d	0.05(0.03)	0.00(0.00) ^a	0.15(0.03) ^a	0.00(0.00) ^a	1276.90	< .001	0.98
Estratégias Positivas e Baseadas na Indução - Cuidadores	0.08(0.16)	0.09(0.16) ^a	0.38(0.18) ^b	0.05(0.13) ^a	4.68	.013	0.14
Estratégias Violadoras de Direitos - Diretor	0.47(0.65)	0.17(0.37) ^a	0.00(0.00) ^b	0.92(0.70) ^c	15.09	< .001	0.35
Estratégias Violadoras de Direitos - Crianças	0.80(0.58)	0.55(0.42) ^a	0.23(0.15) ^a	1.17(0.57) ^b	13.10	< .001	0.32
Estratégias Violadoras de Direitos - Cuidadores	0.45(0.48)	0.18(0.24) ^a	0.25(0.35) ^{a,b}	0.83(0.47) ^b	24.36	< .001	0.46
Estratégias Punitivas - Diretor	1.56(1.51)	1.44(1.56) ^a	0.50(0.71) ^a	1.80(1.47) ^a	0.91	.409	0.03
Estratégias Punitivas - Crianças	1.87(0.51)	2.11(0.40) ^a	1.79(0.06) ^{a,b}	1.58(0.51) ^b	10.14	< .001	0.26
Estratégias Punitivas - Cuidadores	2.41(0.82)	2.68(0.83) ^a	1.75(0.00) ^{a,b}	2.10(0.72) ^b	4.79	.012	0.14

Nota. Cluster A = Casas Punitivas; Cluster B = Casas Indutivas; Cluster C = Casas Violadoras de Direitos. Letras superiores à linha nas médias correspondentes a cada cluster, em cada uma das variáveis de estratégias, representam diferenças de médias entre pares de clusters; letras diferentes representam diferenças estatisticamente significativas; letras iguais representam a não existência de diferenças estatisticamente significativas. De acordo com Cohen (1988): $\eta_p^2 \leq 0.05$ – tamanho do efeito pequeno, $\eta_p^2 \in [0.05 - 0.25]$ – tamanho do efeito médio, $\eta_p^2 \in [0.25 - 0.50]$ - tamanho de efeito elevado; $\eta_p^2 \geq 0.50$ – tamanho de efeito muito elevado.

^d Os testes robustos de igualdade de médias não podem ser executados porque o Cluster A (Estratégias Positivas e Baseadas na Indução – Crianças), Cluster B (Estratégias Violadoras de Direitos – Diretor), Cluster C (Estratégias Positivas e Baseadas na Indução – Diretor e Estratégias Positivas e Baseadas na Indução – Crianças) têm variância zero.

